

SÍNTESE Relatório do Desenvolvimento Humano 2011



Sustentabilidade e equidade: Um futuro melhor para todos

O grande desafio do desenvolvimento do século XXI é a salvaguarda do direito das gerações de hoje e do futuro a vidas saudáveis e gratificantes. O *Relatório do Desenvolvimento Humano de 2011* oferece novos e importantes contributos para o diálogo global sobre este desafio, mostrando como a sustentabilidade está indissociavelmente ligada à equidade – a questões de imparcialidade e justiça social e de um maior acesso a melhor qualidade de vida.

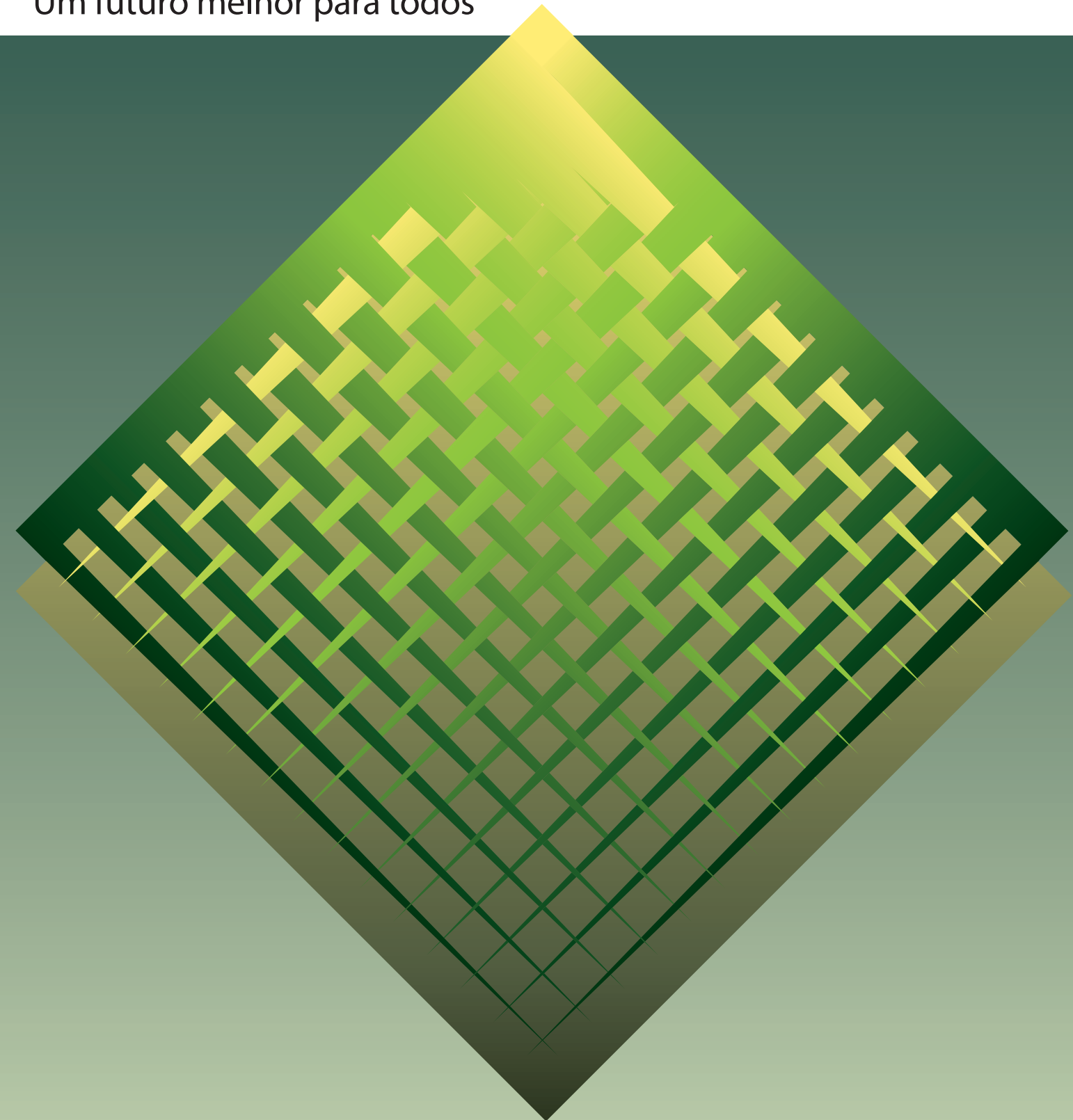
As previsões sugerem que o continuado insucesso na redução dos riscos ambientais graves e das crescentes desigualdades ameaça abrandar décadas de progresso sustentado da maioria pobre da população mundial – e até inverter a convergência global do desenvolvimento humano. O nosso notável progresso no desenvolvimento humano não pode continuar sem passos globais arrojados para a redução dos riscos ambientais e da desigualdade. Este Relatório identifica caminhos para que as pessoas, as comunidades locais, os países e a comunidade internacional promovam a sustentabilidade ambiental e a equidade de formas mutuamente reforçadoras.

Análises recentes mostram como os desequilíbrios de poder e as desigualdades de género ao nível nacional estão ligados à redução do acesso a água potável e saneamento melhorado, à degradação das terras e às doenças e mortes provocadas pela poluição do ar, amplificando os efeitos associados às disparidades do rendimento. As desigualdades de género também interagem com os resultados ambientais, agravando-os. Ao nível global, é frequente que as disposições governamentais enfraqueçam as vozes dos países em vias de desenvolvimento e excluam os grupos marginalizados.

Contudo, existem alternativas à desigualdade e à insustentabilidade. Os investimentos que melhoram a equidade (por exemplo, no acesso a energias renováveis, água e saneamento e nos cuidados de saúde reprodutiva) podem promover a sustentabilidade e o desenvolvimento humano. Responsabilização mais sólida e processos democráticos podem melhorar os resultados. As abordagens bem sucedidas baseiam-se na gestão comunitária, em instituições amplamente inclusivas e na atenção aos grupos desfavorecidos. Para além dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, o mundo precisa de um quadro de desenvolvimento que reflecta a equidade e a sustentabilidade. Este Relatório mostra que as abordagens que integram a equidade nas políticas e nos programas e que capacitam as pessoas para originar mudanças nas arenas legal e política são extremamente promissoras.

O financiamento necessário para o desenvolvimento é muitas vezes superior à actual ajuda pública ao desenvolvimento. Por exemplo, a despesa actual em fontes de energia com baixa emissão de carbono não atinge sequer os 2% da estimativa de necessidades mais baixa. Os fluxos financeiros têm de ser canalizados para os desafios críticos da insustentabilidade e da desigualdade. Embora os mecanismos de mercado e o financiamento privado sejam vitais, devem ser suportados e alavancados por investimento público pró-activo. A eliminação do défice de financiamento requer ideias inovadoras, coisa que este Relatório proporciona.

O Relatório também defende reformas para promover a equidade e a expressão. Temos uma responsabilidade colectiva para com os menos privilegiados entre nós, actualmente e no futuro, em todo o mundo – assegurar que o presente não seja inimigo do futuro. Este Relatório pode ajudar-nos a divisar os caminhos em diante.



Copyright © 2011

pele Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
1 UN Plaza, New York, NY 10017, USA

Todos os direitos reservados. Nenhum excerto desta publicação poderá ser reproduzido, armazenado num sistema de recuperação ou transmitido sob qualquer forma ou por qualquer meio, nomeadamente, electrónico, mecânico, de fotocópia, de gravação ou outro, sem prévia permissão.

Impresso nos Estados Unidos da América pela Colorcraft of Virginia. A capa é impressa em papel Anthem Matte nº. 80. As páginas de texto são impressas em papel Rolland 50 Opaque Smooth nº. 60 da Cascades Mills, com 50% de reciclagem pós-consumidor. Ambos os papéis são certificados pelo Forest Stewardship Council e isentos de cloro elementar e serão impressos com tintas de base vegetal e produzidos através de tecnologia compatível com o ambiente.



Edição e Produção: Communications Development Incorporated, Washington D.C.

Design: Gerry Quinn

Tradução e Composição: Strategic Agenda LLP

Para uma lista de erros ou omissões detectados após a impressão, visite o nosso sítio em <http://hdr.undp.org>

Equipa do Relatório de Desenvolvimento Humano 2011

O Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano do PNUD

O *Relatório do Desenvolvimento Humano* é o produto de um esforço colectivo sob a orientação da Directora, com elementos das áreas de investigação, estatística, comunicações e produção, e uma equipa de apoio aos Relatórios do Desenvolvimento Humano nacionais. Os colegas das áreas operacional e administrativa facilitaram o trabalho do gabinete.

Directora e autora principal

Jeni Klugman

Investigação

Francisco Rodríguez (Chefe), Shital Beejadhur, Subhra Bhattacharjee, Monalisa Chatterjee, Hyung-Jin Choi, Alan Fuchs, Mamaye Gebretsadik, Zachary Gidwitz, Martin Philipp Heger, Vera Kehayova, José Pineda, Emma Samman e Sarah Twigg

Estatística

Milorad Kovacevic (Chefe), Astra Bonini, Amie Gaye, Clara Garcia Aguña e Shreyasi Jha

Apoio aos RDH nacionais

Eva Jespersen (Directora Adjunta), Mary Ann Mwangi, Paola Pagliani e Tim Scott

Comunicações e produção

William Orme (Chefe), Botagoz Abdreyeva, Carlotta Aiello, Wynne Boelt e Jean-Yves Hamel

Áreas operacional e administrativa

Sarantuya Mend (Directora Operacional), Diane Bouopda e Fe Juarez-Shanahan

Relatórios do Desenvolvimento Humano Globais, Regionais e Nacionais

Relatórios do Desenvolvimento Humano: Os *Relatórios do Desenvolvimento Humano* globais anuais são publicados pelo PNUD desde 1990 como uma análise intelectualmente independente e empiricamente fundamentada das questões, das tendências, dos progressos e das políticas do desenvolvimento. Os recursos relacionados com o RDH de 2011 e Relatórios anteriores estão disponíveis em hdr.undp.org, incluindo textos completos e resumos nos principais idiomas da ONU, resumos de consultas e discussões em rede, a Série de Documentos de Investigação do Desenvolvimento Humano, boletins informativos do RDH e outros materiais de informação pública. Indicadores estatísticos, outras ferramentas de dados, mapas interactivos, fichas informativas dos países e recursos informativos adicionais associados aos Relatórios estão também disponíveis de forma gratuita no sítio web do RDH do PNUD.

Relatórios do Desenvolvimento Humano Regionais: Nas últimas duas décadas, foram produzidos mais de 40 Relatórios do Desenvolvimento Humano de âmbito regional editorialmente autónomos com o apoio dos gabinetes regionais do PNUD. Com análises e defesas de políticas frequentemente provocadoras, estes Relatórios analisaram questões tão críticas como as liberdades cívicas e a capacitação das mulheres nos Estados Árabes, a corrupção na região Ásia-Pacífico, o tratamento dos ciganos e de outras minorias na Europa Central e a distribuição desigual da riqueza na América Latina.

Relatórios do Desenvolvimento Humano Nacionais: Desde o lançamento do primeiro Relatório do Desenvolvimento Humano Nacional em 1992, foram produzidos RDH Nacionais em 140 países por equipas editoriais locais com o apoio do PNUD. Estes relatórios – dos quais foram publicados mais de 650 até à data – trazem uma perspectiva de desenvolvimento humano às preocupações das políticas nacionais através de consultas e investigação geridas localmente. Os RDH nacionais centram-se frequentemente nas questões do género, da etnia ou das cisões rural-urbano para ajudar a identificar desigualdades, medir o progresso e identificar sinais prematuros de potenciais conflitos. Como estes relatórios se baseiam em necessidades e perspectivas nacionais, muitos tiveram uma influência significativa sobre as políticas nacionais, incluindo estratégias para a realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e outras prioridades do desenvolvimento humano.

Para mais informações sobre Relatórios do Desenvolvimento Humano nacionais e regionais, incluindo formação relacionada e recursos de consulta, visite hdr.undp.org/en/nhdr/.

Relatórios do Desenvolvimento Humano 1990-2010

- 2010 A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano
- 2009 Ultrapassar Barreiras: Mobilidade e Desenvolvimento Humanos
- 2007/2008 Combater as Alterações Climáticas: Solidariedade Humana num Mundo Dividido
- 2006 A Água para lá da Escassez: Poder, Pobreza e a Crise Mundial da Água
- 2005 Cooperação Internacional numa Encruzilhada: Ajuda, Comércio e Segurança num Mundo Desigual
- 2004 Liberdade Cultural num Mundo Diversificado
- 2003 Objectivos de Desenvolvimento do Milénio: Um Pacto Entre Nações para Eliminar a Pobreza Humana
- 2002 Aprofundar a Democracia num Mundo Fragmentado
- 2001 Fazer as Novas Tecnologias Trabalhar para o Desenvolvimento Humano
- 2000 Direitos Humanos e Desenvolvimento Humano
- 1999 Globalização com Uma Face Humana
- 1998 Padrões de Consumo para o Desenvolvimento Humano
- 1997 Desenvolvimento Humano para Erradicar a Pobreza
- 1996 Crescimento Económico e Desenvolvimento Humano
- 1995 Género e Desenvolvimento Humano
- 1994 Novas Dimensões da Segurança Humana
- 1993 Participação das Pessoas
- 1992 Dimensões Globais do Desenvolvimento Humano
- 1991 Financiamento do Desenvolvimento Humano
- 1990 Conceito e Medição do Desenvolvimento Humano

Para mais informações, visite:

<http://hdr.undp.org>

Síntese

Relatório do Desenvolvimento Humano 2011

Sustentabilidade e equidade:

Um futuro melhor para todos

Agradecimento:

A tradução e a publicação da edição portuguesa do *Relatório do Desenvolvimento Humano 2011* só foram possíveis graças ao apoio do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD).



IPAD
Instituto Português
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.



Publicado para
o Programa das
Nações Unidas
para o Desenvolvimento
(PNUD)

Prefácio

Em Junho de 2012, os líderes mundiais reunir-se-ão no Rio de Janeiro para procurar obter um novo consenso sobre medidas globais para a salvaguarda do futuro do planeta e do direito das gerações futuras, em todos os lugares, a uma vida saudável e gratificante. Este é o grande desafio do desenvolvimento para o século XXI.

O *Relatório do Desenvolvimento Humano de 2011* oferece novos e importantes contributos para o diálogo global sobre este desafio, mostrando como a sustentabilidade está indissociavelmente ligada às questões básicas da equidade – ou seja, a problemas de imparcialidade e justiça social e de um maior acesso a melhor qualidade de vida. A sustentabilidade não é, de modo exclusivo ou mesmo essencial, uma questão ambiental, tal como este Relatório tão persuasivamente defende. Tem fundamentalmente a ver com a forma como decidimos viver as nossas vidas, com a consciência de que tudo o que fazemos tem consequências para os 7 mil milhões de pessoas que nos rodeiam actualmente, bem como para os milhares de milhões que se seguirão nos séculos vindouros.

É vital compreender as ligações entre a sustentabilidade ambiental e a equidade se quisermos expandir as liberdades humanas das gerações actuais e futuras. O notável progresso do desenvolvimento humano ao longo das últimas décadas, documentado pelos *Relatórios do Desenvolvimento Humano* globais, só pode continuar com medidas globais arrojadas para a redução dos riscos ambientais e da desigualdade. Este Relatório identifica caminhos para que as pessoas, as comunidades locais, os países e a comunidade internacional promovam a sustentabilidade ambiental e a equidade de formas mutuamente reforçadoras.

Nos 176 países e territórios onde o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento trabalha diariamente, muitas pessoas desfavorecidas suportam um duplo fardo de privações. São mais vulneráveis aos efeitos mais amplos da degradação ambiental, devido a pressões mais fortes e a menos meios para as enfrentar. Têm também de lidar com as ameaças ao seu ambiente imediato decorrentes da poluição do ar interior, da água suja e do saneamento rudimentar. As previsões sugerem que o continuado insucesso na redução dos riscos ambientais graves e das crescentes desigualdades sociais ameaça abrandar décadas de progresso sustentado da maioria pobre da população mundial – e até inverter a convergência global do desenvolvimento humano.

As grandes disparidades de poder dão forma a estes padrões. Análises recentes mostram como os desequilíbrios de poder e as desigualdades de género ao nível nacional estão ligados à redução do acesso a água potável e saneamento melhorado, à degradação das terras e às mortes provocadas pela poluição do ar interior e exterior, amplificando os efeitos associados às disparidades do rendimento. As desigualdades de género também interagem com os resultados ambientais, agravando-os. Ao nível global, é frequente que as disposições governamentais enfraqueçam as vozes dos países em vias de desenvolvimento e excluam os grupos marginalizados.

Contudo, existem alternativas à desigualdade e à insustentabilidade. O crescimento impulsionado pelo consumo de combustíveis fósseis não é um pré-requisito para uma vida melhor em termos de desenvolvimento humano mais gerais. Os investimentos que melhoram a equidade (por exemplo, no acesso a energias renováveis, água e saneamento e nos cuidados de saúde reprodutiva) podem promover a sustentabilidade e o desenvolvimento humano. Responsabilização mais sólida e processos democráticos, em parte através do apoio a uma sociedade civil e a meios de comunicação social mais activos, também podem melhorar os resultados. As abordagens bem

sucedidas baseiam-se numa gestão comunitária, em instituições inclusivas que prestam especial atenção aos grupos desfavorecidos e em abordagens transversais que coordenam os orçamentos e os mecanismos entre organismos governamentais e parceiros do desenvolvimento.

Para além dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, o mundo precisa de um quadro de desenvolvimento pós-2015 que reflecta equidade e sustentabilidade; a iniciativa Rio+20 destaca-se como uma oportunidade fundamental para alcançar um entendimento partilhado quanto ao modo de avançar. Este Relatório mostra que as abordagens que integram a equidade nas políticas e nos programas e que capacitam as pessoas para originar mudanças nas arenas legal e política são extremamente promissoras. Experiências nacionais crescentes em todo o mundo demonstraram o potencial destas abordagens para gerar e captar sinergias positivas.

O financiamento necessário para o desenvolvimento – incluindo a protecção ambiental e social – terá de ser muitas vezes superior à actual ajuda pública ao desenvolvimento. A despesa actual em fontes de energia com baixa emissão de carbono, por exemplo, é de apenas 1,6% da estimativa de necessidades mais baixa, enquanto que a despesa em adaptação e atenuação das alterações climáticas é de cerca de 11% das necessidades estimadas. A esperança reside no novo clima financeiro. Embora os mecanismos de mercado e o financiamento privado sejam vitais, devem ser suportados e alavancados por investimento público pró-activo. A eliminação do défice de financiamento requer ideias inovadoras, coisa que este Relatório proporciona.

Para além da angariação de novas fontes de fundos para enfrentar as prementes ameaças ambientais de forma equitativa, o Relatório defende reformas que promovam a equidade e a expressão. Os fluxos financeiros têm de ser canalizados para os desafios críticos da insustentabilidade e da desigualdade, e não para a exacerbação das disparidades existentes.

O provimento de oportunidades e opções para todos é o objectivo central do desenvolvimento humano. Temos uma responsabilidade colectiva para com os menos privilegiados entre nós, actualmente e no futuro, em todo o mundo – e o imperativo moral de assegurar que o presente não seja inimigo do futuro. Este Relatório pode ajudar-nos a divisar o caminho em diante.



Helen Clark
Administradora
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

As recomendações de análise e de políticas mencionadas no Relatório não reflectem necessariamente as perspectivas do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento ou do seu Conselho Executivo. O Relatório é uma publicação independente encomendada pelo PNUD. A investigação e a redacção do Relatório são um esforço colaborativo da equipa do Relatório do Desenvolvimento Humano e de um grupo de conselheiros eminentes liderados por Jeni Klugman, Directora do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.

Índice

Prefácio

Agradecimentos

VISÃO GERAL

CAPÍTULO 1

Porquê sustentabilidade e equidade?

Há limites para o desenvolvimento humano?

Sustentabilidade, equidade e desenvolvimento humano

A base da nossa investigação

CAPÍTULO 2

Padrões e tendências dos indicadores do desenvolvimento humano, da equidade e do ambiente

Progresso e perspectivas

Ameaças à sustentação do progresso

Sucesso na promoção de um desenvolvimento humano sustentável e equitativo

CAPÍTULO 3

Acompanhar os efeitos – compreender as relações

Uma perspectiva sobre a pobreza

Ameaças ambientais ao bem-estar das pessoas

Efeitos desiguadores dos eventos extremos

Descapacitação e degradação ambiental

CAPÍTULO 4

Sinergias positivas – estratégias de sucesso para o ambiente, equidade e desenvolvimento humano

A intensificação das abordagens às privações ambientais e do reforço das capacidades de resiliência

Evitar a degradação

Abordar as alterações climáticas – riscos e realidades

CAPÍTULO 5

Responder aos desafios políticos

O status quo não é equitativo nem sustentável

Repensar o nosso modelo de desenvolvimento – alavancas de mudança

O financiamento dos investimentos e a agenda das reformas

Inovações a nível global

Notas

Bibliografia

ANEXO ESTATÍSTICO

Guia do leitor

Bibliografia

Tabelas estatísticas

- 1 Índice de Desenvolvimento Humano e seus componentes
- 2 Tendências do Índice de Desenvolvimento Humano, 1980–2011
- 3 Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade
- 4 Índice de Desigualdade de Género e indicadores relacionados
- 5 Índice de Pobreza Multidimensional
- 6 Sustentabilidade ambiental
- 7 Efeitos das ameaças ambientais sobre o desenvolvimento humano
- 8 Percepções acerca do bem-estar, da liberdade e do ambiente
- 9 Educação e saúde
- 10 Inovações a nível global

Notas técnicas

Regiões

Referências estatísticas

Visão geral

O Relatório deste ano é dedicado ao desafio do progresso sustentável e equitativo. Uma dupla perspectiva demonstra de que forma a degradação ambiental intensifica a desigualdade através de impactos adversos em pessoas que já se encontram em situação desfavorecida e como as desigualdades no desenvolvimento humano agravam a degradação ambiental.

O desenvolvimento humano, que consiste em alargar as escolhas das pessoas, baseia-se na partilha dos recursos naturais. A promoção do desenvolvimento humano exige rever a sustentabilidade, tanto a nível local, como nacional e global, o que pode, e deve, ser realizado através de meios simultaneamente equitativos e promotores da capacitação.

Procuramos assegurar que as aspirações por uma vida melhor das pessoas mais pobres sejam plenamente consideradas rumo a uma melhor sustentabilidade ambiental. E destacamos caminhos que permitam que as pessoas, as comunidades, os países e a comunidade internacional promovam a sustentabilidade e a equidade de forma a que estas se reforcem mutuamente.

Porquê sustentabilidade e equidade?

A abordagem do desenvolvimento humano tem uma pertinência permanente para darmos sentido ao nosso mundo e respondermos aos desafios actuais e futuros. O *Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH)* do ano passado, que comemorava o seu 20.º aniversário, celebrou o conceito de desenvolvimento humano, sublinhando de que forma a equidade, a capacitação e a sustentabilidade alargam as escolhas das pessoas. Ao mesmo tempo, destacava desafios inerentes, demonstrando que estes aspectos-chave do desenvolvimento humano nem sempre estão de mãos dadas.

A justificação da consideração conjunta da sustentabilidade e da equidade

Este ano, analisamos as intersecções entre sustentabilidade ambiental e equidade, que são

fundamentalmente semelhantes na sua preocupação pela justiça distributiva. Valorizamos a sustentabilidade porque as gerações futuras devem ter, pelo menos, as mesmas possibilidades que as pessoas da época actual. De igual modo, todos os processos não equitativos são injustos: as hipóteses de as pessoas levarem vidas melhores não devem ser restringidas por factores alheios ao seu controlo. As desigualdades são especialmente injustas quando grupos específicos, quer devido ao género, raça ou local de nascimento, enfrentam sistematicamente situações de desfavorecimento.

Há mais de uma década, Sudhir Anand e Amartya Sen defenderam a consideração conjunta da sustentabilidade e da equidade. “Seria uma grosseira violação do princípio universalista”, declararam, “se nos tornássemos obcecados pela equidade *intergeracional* sem, ao mesmo tempo, considerar o problema da equidade *intrageneracional*” (ênfase no original). Ideias semelhantes emergiram do Relatório da Comissão Brundtland de 1987 e de uma série de declarações internacionais, desde a de Estocolmo, em 1972, à de Joanesburgo, em 2002. Hoje, no entanto, muitos debates sobre a sustentabilidade negligenciam a igualdade, tratando-a como um aspecto separado e não relacionado. Esta perspectiva é incompleta e contraproducente.

Algumas definições-chave

O desenvolvimento humano consiste no alargamento das liberdades e capacidades das pessoas para viverem vidas que valorizam e que têm motivos para valorizar. Trata-se de alargar as escolhas. As liberdades e capacidades constituem uma noção mais alargada do que a de necessidades básicas. Muitos fins são necessários para uma “boa vida”, fins que podem ser valiosos tanto intrínseca como fundamentalmente – podemos valorizar a biodiversidade, por exemplo, ou a beleza natural, independentemente da sua contribuição para os nossos padrões de vida.

Os grupos desfavorecidos constituem um tema central do desenvolvimento humano. Neles se incluem as pessoas do futuro que sofrerão as consequências

mais graves dos riscos decorrentes das nossas actividades actuais. Preocupamo-nos não apenas com o que acontece em média ou no cenário mais provável, mas também com o que acontece nos cenários menos prováveis, mas ainda assim possíveis, em especial quando os eventos são catastróficos para pessoas pobres e vulneráveis.

Os debates sobre o que a sustentabilidade ambiental significa concentram-se frequentemente sobre o facto de o capital produzido pelo homem poder substituir os recursos naturais – ou se a criatividade humana conseguirá diminuir as ameaças aos recursos naturais, como aconteceu no passado. Se tal será possível no futuro ainda não se sabe e, em combinação com o risco de catástrofe, favorece a posição de preservação dos recursos naturais básicos e do fluxo associado de serviços ecológicos. Esta perspectiva está também em harmonia com as abordagens do desenvolvimento baseadas nos direitos humanos. *O desenvolvimento humano sustentável constitui o alargamento das liberdades substantivas das pessoas do mundo actual, ao mesmo tempo que se envidam esforços razoáveis para evitar o risco de comprometer seriamente as das gerações futuras.* Um debate público fundamentado, vital para definir os riscos que uma sociedade está disposta a aceitar, é crucial para esta ideia.

A tentativa conjunta de alcançar o desenvolvimento sustentável e a equidade não exige que ambos se reforcem sempre mutuamente. Em muitos casos, terá de haver soluções de compromisso. As medidas

para melhorar o ambiente podem exercer efeitos adversos na equidade, como, por exemplo, se restringirem o crescimento económico nos países em desenvolvimento. Este Relatório ilustra os tipos de impactos conjuntos que as políticas poderiam exercer, não deixando de reconhecer que estes não se aplicam universalmente e sublinhando que o contexto é fundamental (figura 1).

O enquadramento apela a uma atenção especial à identificação de sinergias positivas e à consideração de soluções de compromisso. Investigamos de que forma as sociedades podem implementar soluções de triplo benefício que favoreçam a sustentabilidade, a equidade e o desenvolvimento humano.

Padrões e tendências, progresso e perspectivas

É cada vez mais evidente a generalizada degradação ambiental em todo o mundo e a potencial deterioração. Devido ao facto de a extensão das mudanças futuras ser incerta, analisamos uma série de previsões e ponderamos os dados relativos ao desenvolvimento humano.

O nosso ponto de partida, e um dos temas centrais do RDH de 2010, é o enorme progresso registado no desenvolvimento humano ao longo das últimas décadas, mas com três reservas:

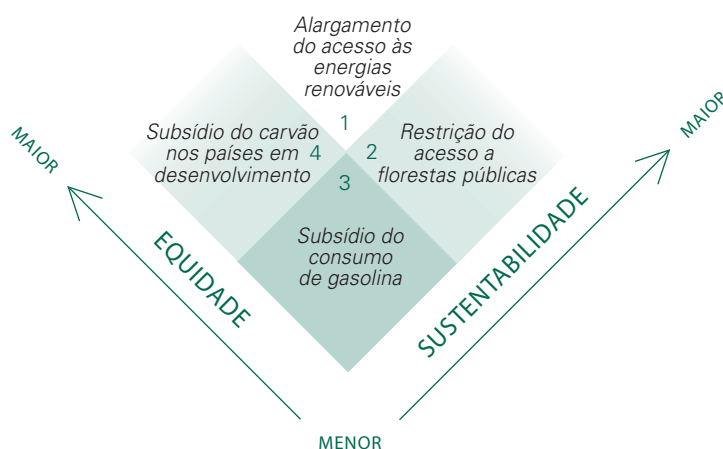
- O crescimento dos rendimentos tem estado associado à deterioração em indicadores ambientais fundamentais, como as emissões de dióxido de carbono, a qualidade do solo e da água e a cobertura florestal.
- A distribuição de rendimentos agravou-se a nível nacional em grande parte do mundo, mesmo levando em conta a redução das disparidades em termos de progressos em saúde e educação.
- Ainda que a capacitação tenda a acompanhar, em média, um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) crescente, verifica-se uma variação considerável nesta relação.

As simulações realizadas para este Relatório sugerem que, em 2050, o IDH seria 8% inferior relativamente à base de referência num cenário de “desafio ambiental”, que capta os efeitos adversos do aquecimento global na produção agrícola, no acesso a água potável e melhor saneamento e na poluição (e 12% inferior no Sul da Ásia e na África Subsariana). Num cenário de “catástrofe ambiental” ainda mais adverso, que antevê uma vasta desflorestação e degradação do solo, reduções dramáticas da biodiversidade e uma

FIGURA 1

Uma ilustração de sinergias políticas e soluções de compromisso entre equidade e sustentabilidade

Este enquadramento pretende que se dedique uma atenção especial à identificação de sinergias positivas entre os dois objectivos e à consideração de soluções de compromisso.



aceleração dos fenómenos climáticos extremos, o IDH global seria aproximadamente 15% inferior à base de referência prevista.

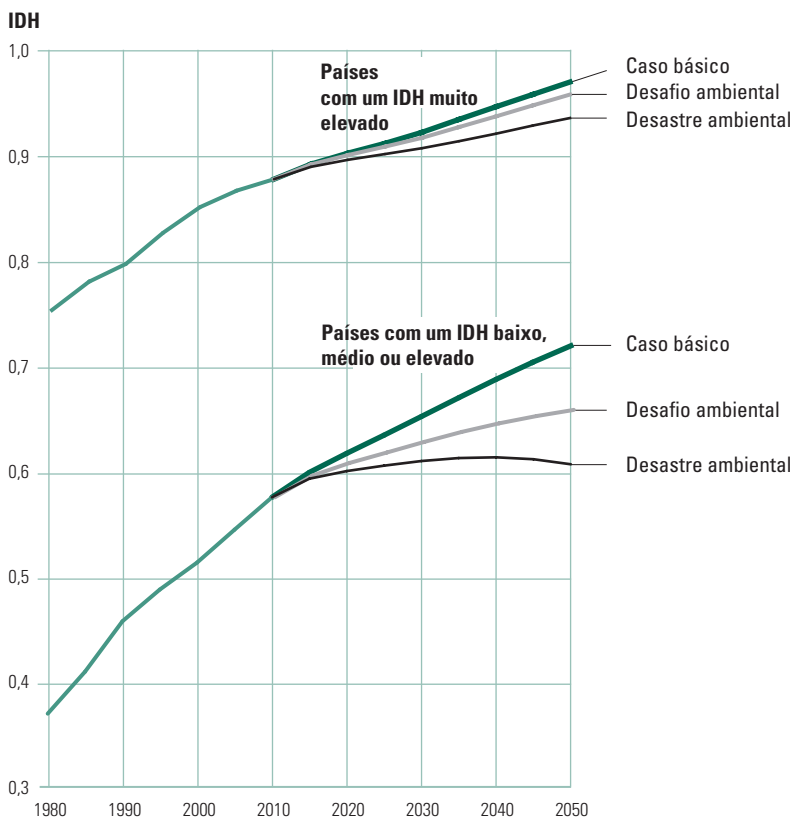
A figura 2 ilustra a escala das perdas e riscos que os nossos netos enfrentarão se não fizermos nada para deter ou inverter as tendências actuais até 2050. O cenário de catástrofe ambiental conduz a um ponto de viragem antes de 2050 nos países em desenvolvimento – a sua convergência com os países ricos em termos de progresso no IDH ao longo das últimas décadas começa a inverter-se.

Estas previsões sugerem que, em muitos casos, os mais desfavorecidos suportam e continuarão a suportar as repercussões da deterioração ambiental, ainda que pouco contribuam para o problema. Por exemplo, os países com um IDH baixo foram os que menos contribuíram para as alterações climáticas globais, mas sofreram a maior perda de precipitação e o maior aumento na sua variabilidade (figura 3), com repercussões na produção agrícola e nos meios de subsistência.

As emissões *per capita* são muito mais elevadas nos países desenvolvidos do que nos países em desenvolvimento devido ao maior número de actividades com utilização intensiva de energia, como condução de automóveis, arrefecimento e aquecimento de casas e escritórios e consumo de produtos alimentares transformados e embalados. Uma pessoa num país com um IDH muito elevado é responsável, em média, por mais do quádruplo das emissões de dióxido de carbono e cerca do dobro das emissões de metano e óxido nítrico do que uma pessoa num país com um IDH baixo, médio ou elevado – e cerca de 30 vezes mais emissões de dióxido de carbono do que uma pessoa que vive num país com um IDH baixo. O cidadão britânico médio é responsável por igual quantidade de emissões de gases com efeito de estufa em dois meses que uma pessoa de um país com um IDH baixo gera ao longo de um ano. E um cidadão médio do Qatar, o país com o maior volume de emissões *per capita*, fá-lo em apenas 10 dias, embora este valor reflecta tanto o consumo como a produção que é consumida fora do país.

Apesar de três quartos do crescimento das emissões desde 1970 provirem de países com um IDH baixo, médio e elevado, os níveis globais de gases com efeito de estufa mantêm-se muito mais significativos nos países com um IDH muito elevado. E isto sem falar da deslocalização da produção com utilização intensiva de carvão para os países mais pobres, cuja

FIGURA 2
Cenários que projectam os impactos dos riscos ambientais sobre as perspectivas do desenvolvimento humano até 2050



Nota: ver texto para explicação dos cenários.

Fonte: cálculos do GRDH, baseados em dados da base de dados do GRDH e B. Hughes, M. Irfan, J. Moyer, D. Rothman, e J. Solórzano, 2011, "Forecasting the Impacts of Environmental Constraints on Human Development," *Human Development Research Paper*, PNUD, New York., que se baseiam em previsões da International Futures, versão 6.42.

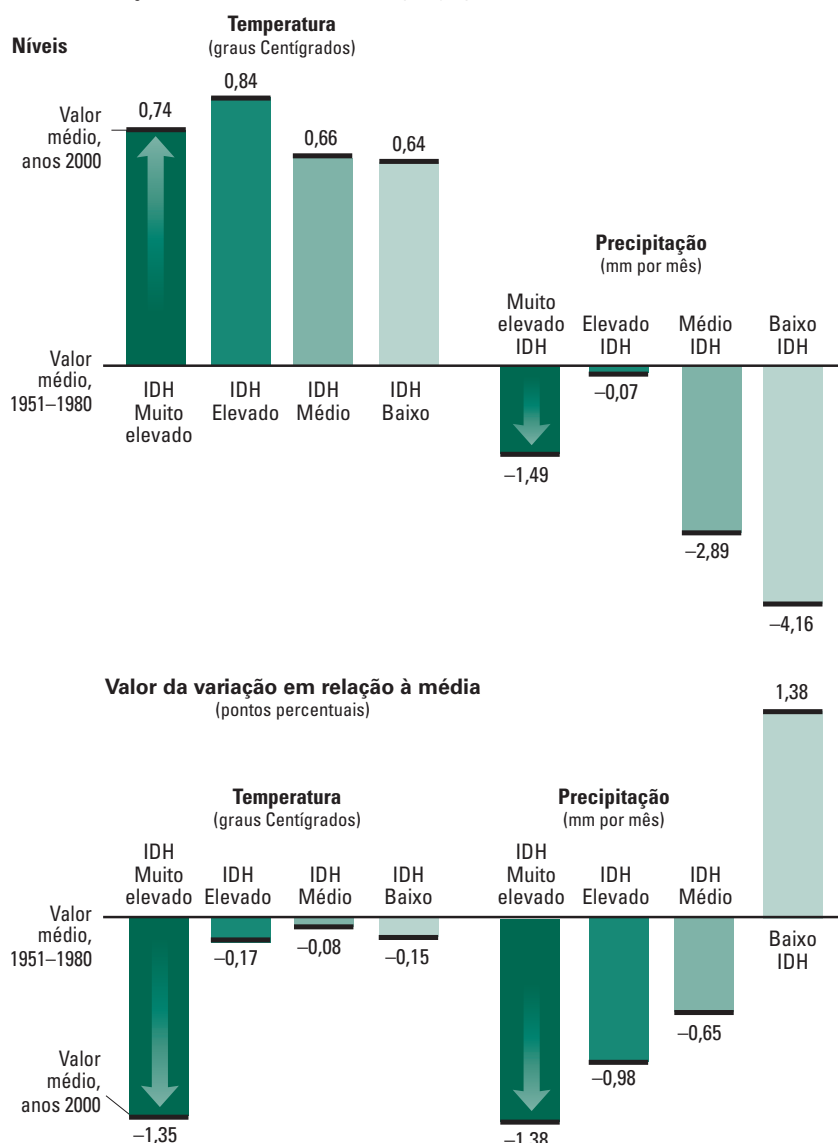
produção é maioritariamente exportada para os países ricos.

Em todo o mundo, o crescimento do IDH tem estado associado à degradação ambiental, embora os prejuízos possam ser em grande medida relacionados com o crescimento económico. Compare o primeiro e o terceiro painéis da figura 4. O primeiro demonstra que os países com rendimentos mais altos geralmente apresentam emissões mais elevadas de dióxido de carbono *per capita*. Contudo, o terceiro painel não revela qualquer associação entre as emissões e as componentes de saúde e educação do IDH. Este resultado é intuitivo: as actividades que emitem dióxido de carbono para a atmosfera são as que estão associadas à produção de bens, não à prestação de serviços de saúde e de educação. Estes resultados demonstram também a natureza não linear da relação entre as emissões de dióxido de carbono e as componentes do IDH: existe uma relação ténue ou inexistente num IDH baixo, mas à medida que

FIGURA 3

Aumento das temperaturas e diminuição da precipitação

Níveis e alterações na variabilidade climática por grupo de IDH



Nota: as alterações na variabilidade são as diferenças nos coeficientes de variação entre 1951-1980 e a década de 2000, ponderadas pela população média para 1950-2008.

Fonte: cálculos do GRDH baseados em dados da Universidade de Delaware.

o IDH cresce é atingido um “ponto de viragem”, para além do qual se observa uma forte correlação positiva entre as emissões de dióxido de carbono e o rendimento.

Os países com avanços mais rápidos no IDH registaram também aumentos mais rápidos nas emissões de dióxido de carbono. Estas alterações ao longo do tempo, mais do que a relação apresentada na imagem, destacam o que se pode esperar no futuro como resultado do desenvolvimento actual. Mais uma vez, as alterações no rendimento impulsionam a tendência.

No entanto, estas relações não se aplicam a todos os indicadores ambientais. A nossa análise detectou apenas uma fraca correlação positiva entre o IDH e a desflorestação, por exemplo. Por que motivo as emissões de dióxido de carbono diferem de outras ameaças ambientais? Sugerimos que, quando a ligação entre o ambiente e a qualidade de vida é directa, tal como acontece com a poluição, os progressos ambientais são frequentemente mais significativos nos países desenvolvidos; quando as ligações são mais difusas, o desempenho é muito mais fraco. Analisando a relação entre os riscos ambientais e o IDH, observam-se três conclusões gerais:

- As privações ambientais das famílias, como a poluição do ar interior e o acesso inadequado a água potável e melhor saneamento, são mais acentuadas em níveis mais baixos do IDH e diminuem à medida que o IDH aumenta.
- Os riscos ambientais com efeitos comunitários, como a poluição do ar urbano, parecem crescer e depois diminuir com o desenvolvimento; há quem sugira que esta relação é descrita por uma curva em U invertida.
- Os riscos ambientais com efeitos globais, designadamente as emissões de gases com efeito de estufa, aumentam com o IDH, geralmente.

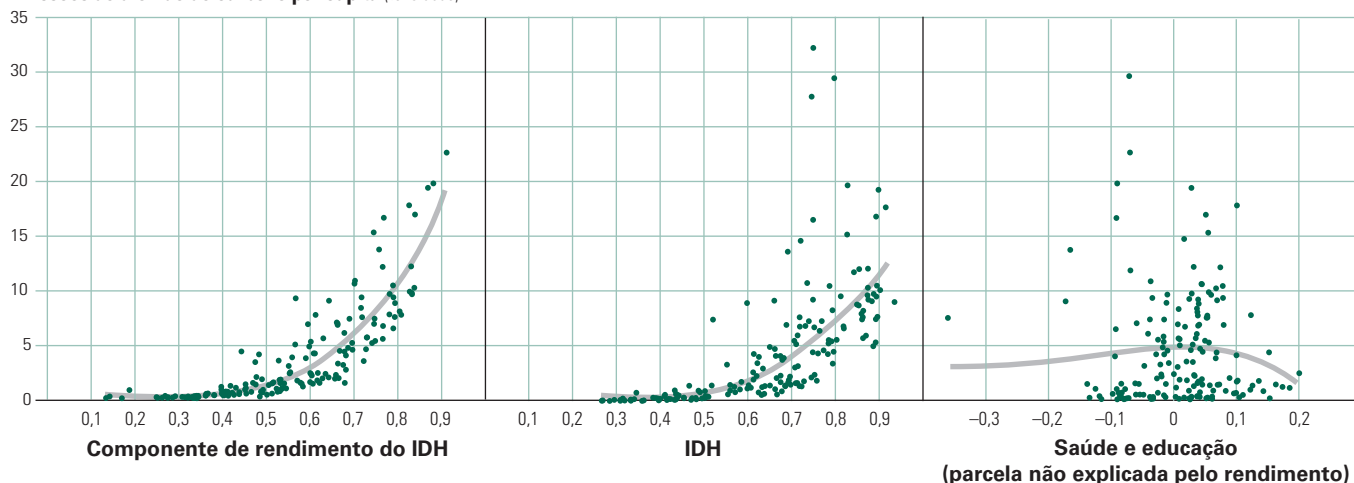
O IDH por si só não constitui o verdadeiro catalisador destas transições. Os rendimentos e o crescimento económico explicam em grande parte as emissões, mas a relação também não é determinista. E interações complexas entre forças mais vastas alteram os padrões do risco. Por exemplo, o comércio internacional permite que os países subcontratem a produção de bens que degradam o ambiente; a utilização comercial em larga escala de recursos naturais exerce impactos diferentes dos associados à exploração dos meios de subsistência; e os perfis ambientais urbano e rural são diferentes. E, como iremos ver, as políticas e o contexto político têm uma importância fundamental.

Consequentemente, os padrões não são inevitáveis. Vários países alcançaram progressos significativos tanto no IDH como na equidade e na sustentabilidade ambiental. Em linha com a nossa concentração nas sinergias positivas, propomos uma estratégia multidimensional que identifique os países que alcançaram melhores resultados do que os seus congéneres regionais na promoção da equidade, aumento do IDH, redução da poluição do ar interior ao nível das famílias e aumento do acesso a água potável e que obtêm os melhores desempenhos a nível regional e global na

FIGURA 4

A associação com o dióxido de carbono é positiva e forte para o rendimento, positiva para o IDH e inexistente para a saúde e a educação

Emissões de dióxido de carbono per capita (toneladas)



Nota: os dados são de 2007.

Fonte: cálculos do GRDH, baseados em dados da base de dados do GRDH.

sustentabilidade ambiental (tabela 1). A sustentabilidade ambiental é calculada tendo em conta as emissões de gases com efeito de estufa, a utilização da água e a desflorestação. Os resultados são mais ilustrativos do que indicativos devido à fragmentação dos dados e a outras questões relativas à comparabilidade. Apenas um país, a Costa Rica, ultrapassa a sua mediana regional em todos os critérios, ao passo que os outros três países mais bem classificados apresentam assimetrias ao longo das várias dimensões. A Suécia destaca-se pela sua elevada taxa de reflorestação em comparação com as médias regionais e globais.

A nossa lista revela que, na comparação entre regiões, fases de desenvolvimento e características estruturais, os países podem promulgar políticas promotoras da sustentabilidade ambiental, da equidade e dos aspectos-chave do desenvolvimento humano

captados no IDH. Analisamos os tipos de políticas e programas associados ao sucesso, não deixando de sublinhar a importância das condições locais e do contexto.

De uma maneira geral, contudo, as tendências ambientais ao longo das últimas décadas demonstram uma deterioração em diversas frentes, com repercussões adversas no desenvolvimento humano, especialmente para os milhões de pessoas que dependem directamente dos recursos naturais para a sua subsistência.

- A nível global, quase 40% da terra apresenta-se degradada devido à erosão dos solos, diminuição da fertilidade e sobrepastoreio. A produtividade da terra está a diminuir, com uma perda de rendimento prevista que chega aos 50% nos cenários mais negativos.

TABELA 1

Países com bom desempenho em termos de ambiente, desenvolvimento humano e equidade, ano mais recente disponível

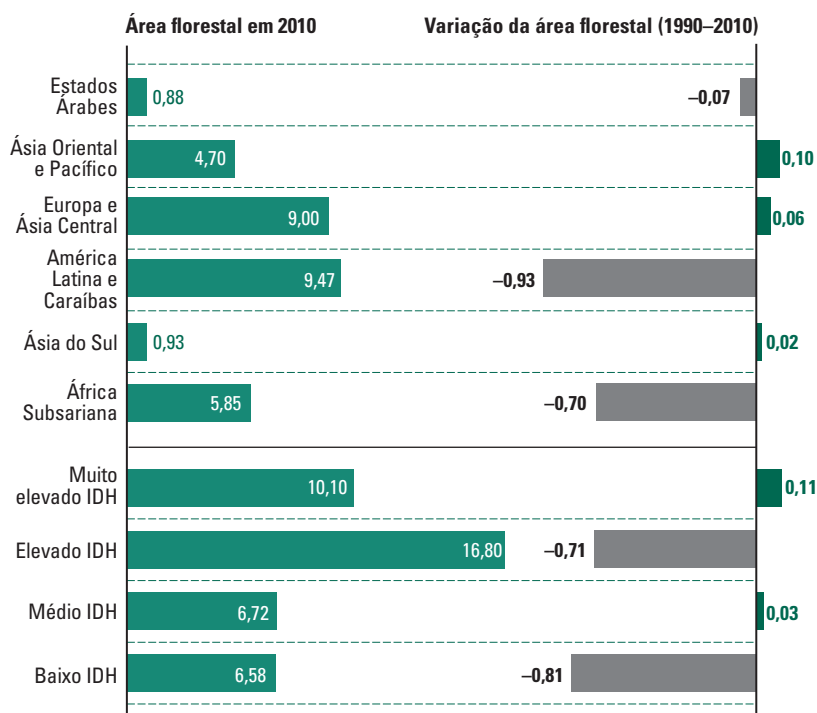
País	Ameaças globais			Impactos locais		Desenvolvimento humano	
	Emissões de gases com efeito de estufa	Desflorestação	Uso da água	Acesso a água	Poluição do ar	IDH (percentagem da mediana regional)	Perda total (percentagem da mediana regional)
Costa Rica	✓	✓	✓	✓	✓	104	77
Alemanha		✓	✓	✓	✓	103	91
Filipinas	✓	✓		✓	✓	103	89
Suécia		✓	✓	✓	✓	102	70

Nota: todos estes países cumprem os critérios dos limiares absolutos para as ameaças globais conforme definidos no Relatório completo (capítulo 2, nota 80), têm melhor desempenho do que a mediana dos seus pares regionais respectivos nas dimensões do desenvolvimento humano e da desigualdade e têm um melhor desempenho do que a mediana regional para os impactos locais.

FIGURA 5

Algumas regiões desflorestam, outras reflorestam e florestam

Proporções de cobertura florestal e variação por região, 1990–2010 (milhões de km²)



Fonte: cálculos do GRDH baseados em dados do Banco Mundial (2011b). *World Development Indicators*, Washington, DC: Banco Mundial.

- A agricultura representa 70% a 85% da utilização de água e prevê-se que 20% da produção global de cereais utilize a água de forma insustentável, ameaçando o futuro crescimento agrícola.
- A desflorestação é um desafio de peso. Entre 1990 e 2010, a América Latina e Caraíbas e a África Subsariana sofreram as maiores perdas florestais, seguidas pelos Estados Árabes (figura 5). As outras regiões testemunharam ganhos ligeiros na cobertura florestal.
- A desertificação ameaça as terras áridas, que albergam cerca de um terço da população mundial. Algumas zonas mostram-se particularmente vulneráveis, designadamente a África Subsariana, onde as terras áridas são altamente sensíveis e a capacidade de adaptação é baixa.

Prevê-se que os factores ambientais adversos provoquem um aumento dos preços dos produtos alimentares a nível mundial em 30% a 50% em termos reais nas próximas décadas e que façam crescer a volatilidade dos preços, com graves repercussões nas famílias mais pobres. Os maiores riscos colocam-se

aos 1,3 mil milhões de pessoas que trabalham na agricultura, pesca, silvicultura, caça e apanha. É provável que o fardo da degradação ambiental e das alterações climáticas esteja a tornar-se desigual entre os vários grupos – por vários motivos:

- Muitas pessoas pobres das zonas rurais dependem esmagadoramente dos recursos naturais para os seus rendimentos. Mesmo as pessoas que não se envolvem habitualmente neste tipo de actividades podem fazê-lo como estratégia de sobrevivência em condições de extrema adversidade.
- A forma como a degradação ambiental irá afectar as pessoas depende de serem produtoras líquidas ou consumidoras líquidas de recursos naturais, de produzirem para subsistência ou para o mercado e da rapidez com que estão aptas a trocar uma destas actividades por outra e diversificar os seus meios de subsistência por intermédio de outras ocupações.
- Hoje, cerca de 350 milhões de pessoas, muitas delas pobres, vivem em florestas ou nas suas proximidades, dependendo destas para a sua subsistência e rendimento. Tanto a desflorestação como as restrições ao acesso a recursos naturais podem prejudicar os mais pobres. Dados relativos a um leque de países sugerem que as mulheres dependem geralmente mais das florestas do que os homens, pois costumam ter menos opções profissionais, menos mobilidade e suportam a maioria da responsabilidade pela recolha de madeira para combustível.
- Cerca de 45 milhões de pessoas, pelo menos seis milhões das quais mulheres, dependem da pesca como modo de vida e estão ameaçadas pela sobrepesca e pelas alterações climáticas. A vulnerabilidade apresenta-se em duas vertentes: os países em maior risco também dependem mais da pesca para consumo de proteínas alimentares, subsistência e exportação. Prevê-se que as alterações climáticas provoquem fortes diminuições nas unidades populacionais de peixe nas ilhas do Pacífico, ao passo que os benefícios deverão sentir-se em algumas latitudes setentrionais, incluindo zonas em torno do Alasca, Gronelândia, Noruega e Federação Russa.

Na medida em que as mulheres dos países pobres se encontram desproporcionadamente envolvidas na agricultura de subsistência e recolha de água, enfrentam consequências adversas mais significativas de

degradação ambiental. Muitos povos indígenas também dependem fortemente dos recursos naturais e vivem em ecossistemas especialmente vulneráveis aos efeitos das alterações climáticas, como pequenos Estados insulares em desenvolvimento, regiões árticas e altitudes elevadas. Os dados sugerem que as práticas tradicionais podem proteger os recursos naturais; no entanto, estes conhecimentos são frequentemente ignorados ou menosprezados. Os efeitos das alterações climáticas nos meios de subsistência dos agricultores dependem da cultura, da região e da estação, o que sublinha a importância de uma análise aprofundada e local. Os impactos também divergirão em função dos padrões de produção e consumo das famílias, do acesso a recursos, dos níveis de pobreza e da capacidade de fazer face às dificuldades. No entanto, em conjunto, os impactos biofísicos líquidos das alterações climáticas sobre as culturas irrigadas e de sequeiro até 2050 deverão ser negativos.

Compreender as ligações

Com base nas importantes intersecções entre o ambiente e a equidade ao nível global, analisamos as ligações aos níveis da comunidade e da família. Destacamos também países e grupos que romperam com o padrão, sublinhando transformações nos estereótipos de género e na capacitação.

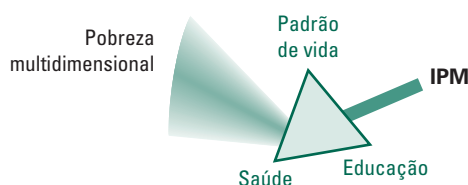
Um tema central: as pessoas mais desfavorecidas suportam um duplo fardo de privação. Para além de serem mais vulneráveis aos efeitos mais vastos da degradação ambiental, têm também de fazer face a ameaças ao seu ambiente imediato colocadas pela poluição do ar interior, água contaminada e saneamento deficiente. O nosso Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), lançado no RDH de 2010 e calculado este ano para 109 países, proporciona um olhar mais atento a estes tipos de privação, a fim de detectar onde são mais graves.

O IPM mede graves défices nas dimensões da saúde, da educação e dos padrões de vida, analisando tanto o número de pessoas carenciadas como a intensidade das suas privações (figura 6). Este ano, debruçamo-nos sobre o alastramento das privações ambientais entre as pessoas multidimensionalmente pobres e respectivas sobreposições, uma inovação no IPM.

A perspectiva centrada na pobreza permite-nos examinar as privações ambientais no acesso – a combustível moderno para cozinhar, água potável e saneamento básico. Estas privações absolutas, já de si importantes,

FIGURA 6

Índice de Pobreza Multidimensional – um foco sobre as maiores vítimas de privações



constituem graves violações dos direitos humanos. O fim destas privações poderia aumentar capacidades de ordem superior, alargando as escolhas das pessoas e fazendo progredir o desenvolvimento humano.

Nos países em desenvolvimento, pelo menos seis em cada dez pessoas sofrem de uma destas privações ambientais e quatro em cada dez são sujeitas a duas ou mais. Estas privações são especialmente acentuadas entre as pessoas multidimensionalmente pobres, mais de nove em cada dez das quais sofrendo pelo menos de uma. A maioria está sujeita a privações sobrepostas: oito em cada dez pessoas multidimensionalmente pobres sofrem de duas ou mais e quase uma em cada três (29%) sofre das três. Estas privações ambientais contribuem desproporcionadamente para a pobreza multidimensional, correspondendo a 20% do IPM – acima do seu peso de 17% no índice. Na maioria dos países em desenvolvimento, as privações são mais elevadas no acesso a combustível para cozinhar, embora a escassez de água seja de importância primordial em vários Estados Árabes.

TABELA 2

10 países com a mais baixa parcela de privações ambientais entre os multidimensionalmente pobres, ano mais recente disponível do período 2000–2010

Países com a menor parcela de multidimensionalmente pobres com pelo menos uma privação	Países com a menor parcela de multidimensionalmente pobres com todas as três privações
Brasil	Bangladesh
Guiana	Paquistão
Djibuti	Gâmbia
Iémen	Nepal
Iraque	Índia
Marrocos	Butão
Paquistão	Djibuti
Senegal	Brasil
Colômbia	Marrocos
Angola	Guiana

Nota: os países a negrito constam de ambas as listas.

Fonte: estimativas da equipa do GRDH baseadas em dados desagregados do IPM.

Para melhor compreender as privações ambientais, analisámos os padrões relativos a determinados níveis de pobreza. Os países foram ordenados pela proporção de pessoas multidimensionalmente pobres que enfrenta uma privação ambiental e pela proporção que enfrenta as três. As proporções da população com privações ambientais aumentam com o IPM, mas verificam-se fortes variações em torno desta tendência. A tabela 2 identifica os dez países com a menor privação ambiental na sua população multidimensionalmente pobre, considerando o seu IPM (coluna da esquerda). Os países com a menor proporção de pessoas pobres que enfrentam pelo menos uma privação encontram-se maioritariamente nos Estados Árabes e na América Latina e Caraíbas (sete das dez primeiras posições).

Dos países com o menor número de pessoas multidimensionalmente pobres com as três privações ambientais, os que apresentam o melhor desempenho concentram-se no Sul da Ásia – cinco das dez primeiras posições (ver tabela 2, coluna da direita). Vários países do Sul da Ásia reduziram algumas privações ambientais, nomeadamente o acesso a água potável, ainda que outras privações tenham permanecido acentuadas. E cinco países encontram-se nas dez primeiras posições de ambas as listas: a sua pobreza ambiental não somente é relativamente baixa, como também menos intensa.

O desempenho nestes indicadores não identifica necessariamente riscos e degradação a nível ambiental de uma forma mais genérica em termos de, por exemplo, exposição a cheias. Ao mesmo tempo, as pessoas pobres, mais sujeitas a ameaças ambientais directas, estão também mais expostas à degradação ambiental em grande escala.

Exploramos este padrão em maior profundidade analisando a relação entre o IPM e as pressões causadas pelas alterações climáticas. Em 130 regiões administrativas definidas a nível nacional em 15 países, comparamos níveis de IPM específicos por áreas com alterações na precipitação e na temperatura. De uma maneira geral, as regiões e localidades mais pobres destes países parecem ter ficado mais quentes, mas não muito mais húmidas ou mais secas – uma alteração coerente com os dados relativos aos efeitos das alterações climáticas na pobreza de rendimentos.

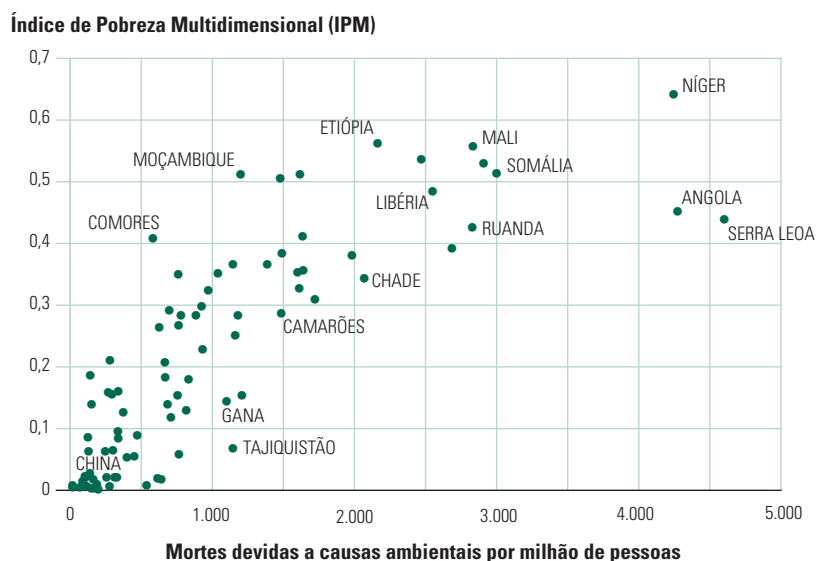
Ameaças ambientais para aspectos seleccionados do desenvolvimento humano

A degradação ambiental reduz as capacidades das pessoas em diversas formas, não se limitando aos rendimentos e meios de subsistência, mas abarcando também os impactos na saúde, na educação e noutras dimensões do bem-estar.

Ambientes degradados e saúde – privações sobrepostas

O fardo que representam as doenças causadas pela poluição do ar interior e exterior, água contaminada e saneamento deficiente é maior para as pessoas dos países pobres, especialmente para os grupos desfavorecidos. A poluição do ar interior mata 11 vezes mais pessoas que vivem em países com um IDH baixo do que pessoas noutros países. Os grupos desfavorecidos dos países com um IDH baixo, médio e elevado enfrentam um maior risco causado pela poluição do ar exterior devido a uma exposição e vulnerabilidade superiores. Nos países com um IDH baixo, mais de seis pessoas em cada dez não dispõem de acesso imediato a água de melhor qualidade, ao passo que quatro em cada dez não dispõem de instalações sanitárias, o que contribui tanto para a disseminação de doenças como para a subnutrição. As alterações climáticas ameaçam agravar estas disparidades através do alastramento de doenças tropicais, como a malária e a febre de dengue, e da diminuição dos rendimentos das culturas.

FIGURA 7
As mortes atribuíveis a riscos ambientais estão associadas a valores elevados do IPM



Nota: exclui os países com IDH muito elevado. Os anos dos inquéritos variam conforme os países; consultar a tabela estatística 5 no Relatório completo para pormenores.

Fonte: A. Prüss-Üstün, R. Bos, F. Gore, e J. Bartram, 2008, *Safer Water, Better Health: Costs, Benefits and Sustainability of Interventions to Protect and Promote Health*, Genebra: Organização Mundial da Saúde.

A base de dados sobre a Carga Global da Doença da Organização Mundial da Saúde revela algumas conclusões surpreendentes sobre as repercussões dos factores ambientais, como a de que a água não potável e as condições de saneamento e higiene deficientes encontram-se entre as dez principais causas de doença a nível mundial. Todos os anos, doenças relacionadas com o ambiente, incluindo infecções respiratórias agudas e diarreia, matam pelo menos três milhões de crianças com menos de cinco anos – mais do que as populações totais com menos de cinco anos da Áustria, Bélgica, Países Baixos, Portugal e Suíça em conjunto.

A degradação ambiental e as alterações climáticas afectam os ambientes físicos e sociais, os conhecimentos, os activos e os comportamentos. As dimensões do desfavorecimento podem interagir, intensificando os impactos negativos – por exemplo, a intensidade dos riscos para a saúde é mais elevada quando a água e o saneamento são deficientes, privações que frequentemente coincidem. Dos dez países com as taxas mais elevadas de morte por catástrofe ambiental, seis figuram também nas dez primeiras posições da lista do IPM, incluindo o Níger, o Mali e Angola (figura 7).

Crescem os entraves à educação para as crianças desfavorecidas, especialmente as raparigas

Apesar de taxas de matrícula no ensino primário praticamente universais em muitas regiões do mundo, persistem lacunas. Quase três em cada dez crianças em idade de frequentar o ensino primário em países com um IDH baixo não estão sequer matriculadas na escola primária e diversos obstáculos, alguns dos quais ambientais, continuam a afectar até as crianças que estão matriculadas. A falta de electricidade, por exemplo, exerce tanto efeitos directos como indirectos. O acesso à electricidade pode oferecer uma melhor iluminação, proporcionando um aumento do tempo de estudo, assim como a utilização de fogões modernos, reduzindo o tempo despendido na recolha de madeira para combustível e água, actividades que demonstraram abrandar os progressos na educação e diminuir as matrículas nas escolas. As raparigas são geralmente afectadas em maior grau porque estão mais propensas a aliar a recolha de recursos à escolarização. O acesso a água potável e a um melhor saneamento é também especialmente importante para a educação das raparigas, permitindo-lhes alcançar progressos em termos de saúde, poupança de tempo e privacidade.

Outras repercussões

As privações ambientais das famílias podem coincidir com pressões ambientais de maior alcance, reduzindo as escolhas das pessoas numa vasta série de contextos e dificultando a subsistência conseguida à base de recursos naturais: as pessoas têm de trabalhar mais para obterem as mesmas receitas ou podem até ter de migrar para escapar à degradação ambiental.

Os meios de subsistência dependentes de recursos são actividades que exigem muito tempo, especialmente quando as famílias não dispõem de combustíveis modernos para cozinhar e água potável. E os inquéritos sobre o emprego do tempo revelam as desigualdades com base no género associadas. As mulheres despendem geralmente muito mais horas do que os homens a recolher madeira e água e as raparigas gastam frequentemente mais tempo do que os rapazes. Foi também demonstrado que o forte envolvimento das mulheres nestas tarefas as impede de se dedicarem a actividades de maior retorno.

Tal como defendia o *RDH* de 2009, a mobilidade – permitir que as pessoas escolham o local onde vivem – é importante para alargar as liberdades das pessoas e alcançar melhores resultados. Contudo, as restrições legais tornam a migração arriscada. Calcular o número de pessoas que se desloca para escapar a pressões ambientais é difícil porque outros factores entram em jogo, nomeadamente a pobreza. No entanto, alguns cálculos apontam para valores bastante elevados.

As pressões ambientais têm também sido associadas a uma maior probabilidade de conflitos. A associação, contudo, não é directa e é influenciada por factores mais abrangentes a nível de contexto e economia política que tornam as pessoas, as comunidades e a sociedade vulneráveis aos efeitos da degradação ambiental.

Efeitos desiguais de fenómenos climáticos extremos

Em conjunto com ameaças crónicas perniciosas, a degradação ambiental pode ampliar a probabilidade de ameaças graves, com impactos desiguais. A nossa análise sugere que um aumento de 10% no número de pessoas afectadas por um fenómeno climático extremo reduz o IDH de um país em quase 2%, sendo os efeitos mais significativos repercutidos nos rendimentos e em países com um IDH médio.

E o fardo não é suportado de forma homogénea: o risco de lesões e mortes causadas por cheias, ventos fortes e deslizamentos de terras é mais elevado entre as crianças, as mulheres e os idosos, especialmente os

Um aumento de 10% no número de pessoas afectadas por um fenómeno climático extremo reduz o IDH de um país em quase 2%, sendo os efeitos mais significativos repercutidos nos rendimentos e em países com um IDH médio

Satisfazer as necessidades sem resposta a nível de planeamento familiar até 2050 diminuiria as emissões de carbono do mundo em cerca de 17% face ao nível actual

mais pobres. A flagrante desigualdade de género das catástrofes naturais sugere que as desigualdades na exposição, bem como no acesso a recursos, capacidades e oportunidades, desfavorecem sistematicamente algumas mulheres ao torná-las mais vulneráveis.

As crianças sofrem desproporcionadamente com os choques climáticos porque os efeitos duradouros da subnutrição e das faltas à escola limitam as suas perspectivas. Dados relativos a muitos países em desenvolvimento demonstram de que forma os choques económicos transitórios podem levar as famílias a retirar as crianças da escola. De uma maneira geral, vários factores condicionam a exposição das famílias a choques adversos e a sua capacidade de fazer face às pressões, incluindo o tipo de choque, o estatuto socioeconómico, o capital social e apoio informal e a equidade e eficácia dos esforços de ajuda e reconstrução.

Capacitação – escolhas reprodutivas e desequilíbrios políticos

As transformações nos estereótipos de género e na capacitação permitiram que alguns países e grupos melhorassem a sustentabilidade ambiental e a equidade, fazendo progredir o desenvolvimento humano.

Igualdade de género

O nosso Índice de Desigualdade de Género (IDG), actualizado este ano para 145 países, demonstra de que forma as restrições à saúde reprodutiva contribuem para a desigualdade de género. Este aspecto é importante, uma vez que, em países em que o controlo eficaz da reprodução é universal, as mulheres têm menos filhos, beneficiando de assistência em matéria de saúde materna e infantil e menos emissões de gases com efeito de estufa. Por exemplo, em Cuba, na Maurícia, na Tailândia e na Tunísia, onde os cuidados de saúde reprodutiva e os contraceptivos estão facilmente disponíveis, as taxas de fertilidade encontram-se abaixo dos dois filhos por mulher. Contudo, persistem substanciais necessidades sem resposta em todo o mundo e os dados sugerem que, se todas as mulheres pudessem exercer a escolha da saúde reprodutiva, o crescimento populacional abrandaria o suficiente para baixar as emissões dos gases com efeito de estufa face aos níveis actuais. Satisfazer as necessidades sem resposta a nível de planeamento familiar até 2050 diminuiria as emissões de carbono do mundo em cerca de 17% face ao nível actual.

O IDG também se concentra na participação das mulheres na tomada de decisões políticas, destacando

que as mulheres ficam atrás dos homens em todo o mundo, especialmente na África Subsaariana, no Sul da Ásia e nos Estados Árabes. Este aspecto apresenta implicações importantes para a sustentabilidade e a equidade. Devido ao facto de as mulheres suportarem frequentemente o fardo mais pesado no que se refere à recolha de recursos e de se encontrarem mais expostas à poluição do ar interior, são geralmente mais afectadas do que os homens por decisões relacionadas com os recursos naturais. Estudos recentes revelam que não só a participação das mulheres é importante, como também a forma como participam e em que medida. E, dado que as mulheres se preocupam geralmente mais com o ambiente, apoiam políticas ambientais e votam em líderes pró-ambientais, o seu maior envolvimento na política e em organizações não governamentais poderia resultar em benefícios ambientais, com efeitos multiplicadores em todos os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Estes argumentos não são novos, mas reafirmam o valor do alargamento das liberdades efectivas das mulheres. Assim, a participação das mulheres na tomada de decisões possui tanto um valor intrínseco como uma importância fundamental na abordagem à equidade e à degradação ambiental.

Disparidades na capacitação

Tal como defendia o *RDH* de 2010, a capacitação tem muitos aspectos, incluindo a democracia formal e processual ao nível nacional e processos participativos ao nível local. A capacitação política aos níveis nacional e subnacional demonstrou melhorar a sustentabilidade ambiental. E, apesar de o contexto ser importante, estudos revelam que as democracias em geral prestam mais contas aos eleitores e têm mais probabilidades de apoiar as liberdades civis. Um desafio-chave em todo o mundo, contudo, é que, mesmo em sistemas democráticos, as pessoas mais negativamente afectadas pela degradação ambiental são as que estão geralmente em pior situação e menos capacitadas, pelo que as prioridades políticas não reflectem os seus interesses e necessidades.

Estão a acumular-se dados que confirmam que as desigualdades a nível de capacitação, concretizadas por intermédio de instituições políticas, afectam os resultados ambientais numa série de países e contextos. Tal significa que as pessoas pobres e outros grupos desfavorecidos sofrem desproporcionadamente com os efeitos da degradação ambiental. Novas análises realizadas para este Relatório abrangendo cerca de 100 países confirmam que uma maior equidade na distribuição

da capacitação, num sentido mais lato, gera uma associação positiva a melhores resultados ambientais, incluindo um melhor acesso à água, menor degradação da terra e menos mortes provocadas pela poluição do ar interior e exterior e por água contaminada, o que sugere que há definitivamente lugar para sinergias positivas.

Sinergias positivas – estratégias benéficas para o ambiente, a equidade e o desenvolvimento humano

Perante os desafios apresentados neste documento, uma série de governos, representantes da sociedade civil e do sector privado e parceiros de desenvolvimento criaram abordagens que integram a sustentabilidade ambiental e a equidade e que promovem o desenvolvimento humano – estratégias com um triplo benefício. As soluções eficazes devem ser adaptadas aos contextos específicos. No entanto, continua a ser importante considerar as experiências locais e nacionais que revelam potencial e reconhecer princípios que se aplicam a todos os contextos. Ao nível local, sublinhamos a necessidade de instituições inclusivas; ao nível nacional, o espaço para a disseminação de inovações de sucesso e reformas políticas.

A agenda política é vasta. Este Relatório não pode dar-lhe uma resposta cabal – mas o valor acrescentado reside em identificar estratégias de triplo benefício que dêem provas de sucesso na resposta aos nossos desafios sociais, económicos e ambientais, gerindo, ou mesmo ignorando, as soluções de compromisso através de abordagens que sejam benéficas não somente para o ambiente, mas também para a equidade e para o desenvolvimento humano de uma forma mais generalizada. A fim de inspirar o debate e a acção, oferecemos exemplos concretos que demonstram como a estratégia de ultrapassar potenciais soluções de compromisso e de identificar sinergias positivas funcionou na prática. Apresentamos agora um exemplo ligado às formas modernas de energia.

Acesso a formas modernas de energia

A energia é vital para o desenvolvimento humano, mas cerca de 1,5 milhões de pessoas em todo o mundo, ou seja, mais de uma em cada cinco, não dispõem de electricidade. Entre as pessoas multidimensionalmente pobres, as privações são mais graves: uma em cada três não dispõe de acesso.

Existirá uma solução de compromisso entre o alargamento do aprovisionamento de energia e as emissões

de carbono? Não necessariamente. Defendemos que esta relação é caracterizada incorrectamente. Existem muitas perspectivas promissoras para o alargamento do acesso sem uma forte penalização para o ambiente:

- As opções descentralizadas não ligadas à rede são tecnicamente viáveis para prestar serviços de energia a famílias pobres e podem ser financiadas e fornecidas com um impacto mínimo no clima.
- Fornecer serviços básicos de energia moderna para todos aumentaria as emissões de dióxido de carbono em apenas 0,8%, calcula-se, levando em conta vastos compromissos políticos já anunciados.

O aprovisionamento global de energia atingiu um ponto de viragem em 2010, com as energias renováveis a representarem 25% da capacidade energética global e prestando mais de 18% da electricidade global. O desafio reside em alargar o acesso a uma escala e velocidade que melhore as vidas dos homens e mulheres pobres agora e no futuro.

Prevenir a degradação ambiental

Um menu mais vasto de medidas para prevenir a degradação ambiental vai desde o alargamento das escolhas reprodutivas à promoção da gestão comunitária das florestas e respostas adaptáveis às catástrofes.

Os direitos reprodutivos, incluindo o acesso a serviços de saúde reprodutiva, constituem uma condição prévia para a capacitação das mulheres e poderiam prevenir a degradação ambiental. Melhorias importantes são viáveis. Muitos exemplos confirmam as oportunidades de utilizar as infra-estruturas de saúde existentes para prestar serviços de saúde reprodutiva a um custo suplementar mínimo e a importância do envolvimento da comunidade. Considere-se o Bangladesh, onde as taxas de fertilidade caíram de 6,6 filhos por mulher, em 1975, para 2,4 em 2009. O governo utilizou acções de sensibilização e subsídios para melhorar a disponibilidade de contraceptivos e influenciou as normas sociais através de debates com líderes de opinião de ambos os sexos, incluindo líderes religiosos, professores e organizações não governamentais.

A gestão comunitária das florestas poderia compensar a degradação ambiental local e mitigar as emissões de carbono, mas a experiência demonstra que também arrisca excluir e desfavorecer grupos já de si marginalizados. Para evitar estes riscos, sublinhamos a importância de uma vasta participação na concepção e implementação da gestão das florestas, especialmente das mulheres, e de assegurar que os grupos pobres e

Existem muitas perspectivas promissoras para o alargamento do acesso sem uma forte penalização para o ambiente

A importância da equidade e da inclusão está já explícita nos objectivos das políticas económicas ecológicas. Propomos levar a agenda mais longe

aqueles que dependem dos recursos florestais não fiquem em pior situação.

Estão também a emergir vias promissoras para reduzir os impactos negativos das catástrofes através de respostas equitativas e adaptáveis às catástrofes e de sistemas de protecção social inovadores. As respostas às catástrofes incluem a cartografia dos riscos com base na comunidade e uma distribuição mais progressiva dos activos reconstruídos. A experiência tem conduzido a um desvio para modelos descentralizados de redução do risco. Estes esforços podem capacitar as comunidades locais, em especial as mulheres, enfatizando a participação na concepção e tomada de decisões. As comunidades podem realizar a reconstrução de uma forma que compense as desigualdades existentes.

Repensar o nosso modelo de desenvolvimento – alavancas de mudança

As fortes disparidades entre pessoas, grupos e países, somadas a vastas e crescentes ameaças ambientais, representam desafios de vulto para a política. Contudo, existem motivos para optimismo. Em muitos aspectos, as condições actuais são mais favoráveis ao progresso do que nunca, em vista das políticas e iniciativas inovadoras em algumas regiões do mundo. Para levar mais longe o debate, é necessário um pensamento arrojado, especialmente em vésperas da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) e na aurora da era pós-2015. Este Relatório propõe uma nova visão para promover o desenvolvimento humano através da dupla perspectiva da sustentabilidade e da equidade. Aos níveis local e nacional, sublinhamos a necessidade de trazer a equidade para a primeira linha da concepção de políticas e programas e de explorar os potenciais efeitos multiplicadores de uma maior capacitação nas arenas jurídica e política. Ao nível global, destacamos a necessidade de dedicar mais recursos às ameaças ambientais prementes e de promover a equidade e a representação dos países e grupos desfavorecidos no acesso ao financiamento.

Integrar as preocupações com a equidade nas políticas económicas ecológicas

Um tema central deste Relatório é a necessidade de integrar plenamente as preocupações com a equidade nas políticas que afectam o ambiente. Os métodos tradicionais de avaliação das políticas ambientais apresentam algumas lacunas. Podem expor os impactos no

que se refere às emissões futuras, por exemplo, mas, geralmente, não dizem nada sobre questões distributivas. Mesmo quando os efeitos sobre os diferentes grupos são considerados, a atenção costuma restringir-se aos rendimentos das pessoas. A importância da equidade e da inclusão está já explícita nos objectivos das políticas económicas ecológicas. Propomos levar a agenda mais longe.

Vários princípios-chave poderiam integrar preocupações mais vastas com a equidade na formulação de políticas através do envolvimento das partes interessadas numa análise que considere:

- As dimensões de não-rendimento do bem-estar, através de ferramentas como o IPM.
- Efeitos directos e indirectos das políticas.
- Mecanismos de compensação para pessoas negativamente afectadas.
- Risco de fenómenos climáticos extremos que, ainda que improváveis, poderiam revelar-se catastróficos.

A análise prévia das consequências distributivas e ambientais das políticas é vital.

Um ambiente limpo e seguro – um direito, não um privilégio

Integrar os direitos ambientais nas constituições e legislação nacionais pode ser eficaz, especialmente ao capacitar os cidadãos a protegerem tais direitos. Pelo menos 120 países possuem constituições que abordam as normas ambientais. E muitos países sem direitos ambientais explícitos interpretam as disposições constitucionais gerais relativas aos direitos individuais como incluindo um direito fundamental a um ambiente saudável.

O reconhecimento constitucional de direitos iguais a um ambiente saudável promove a equidade ao deixar de limitar o acesso àqueles que tenham condições para tal. E personificar este direito no quadro jurídico pode afectar as prioridades governamentais e as afectações de recursos.

Em conjunto com o reconhecimento legal de direitos iguais a um ambiente saudável e com um bom funcionamento, destaca-se a necessidade de instituições fortes, incluindo um sistema judicial justo e independente e o direito à informação da parte dos governos e das empresas. Também a comunidade internacional reconhece cada vez mais o direito à informação ambiental.

Participação e responsabilização

As liberdades do processo são centrais para o desenvolvimento humano e, tal como debatido no RDH do ano

passado, possuem um valor simultaneamente intrínseco e fundamental. Fortes disparidades em termos de capacitação traduzem-se em acentuadas disparidades nos resultados ambientais. No entanto, o reverso desta situação é que uma maior capacitação pode desencadear resultados ambientais positivos de forma equitativa. A democracia é importante, mas, para além dela, as instituições nacionais têm de ser responsabilizadas e inclusivas, especialmente no que respeita a grupos desfavorecidos, incluindo as mulheres, para reforçar a sociedade civil e promover o acesso popular à informação.

Um pré-requisito para a participação reside em processos deliberativos abertos, transparentes e inclusivos, mas, na prática, persistem barreiras à participação efectiva. Apesar de uma mudança positiva, são necessários esforços suplementares para reforçar as possibilidades de alguns grupos tradicionalmente excluídos, como os povos indígenas, desempenharem um papel mais activo. E cada vez mais dados apontam para a importância de incentivar o envolvimento das mulheres, tanto em si mesmo como pelo facto de ter estado associado a resultados mais sustentáveis.

Quando os governos mostram capacidade de resposta às preocupações populares, há maiores probabilidades de mudança. Um ambiente em que a sociedade civil prospera também gera responsabilização aos níveis local, nacional e global, ao passo que a liberdade de imprensa é vital para a sensibilização e facilitação da participação pública.

Financiamento de investimentos: o balanço da situação

Os debates sobre a sustentabilidade levantam importantes questões sobre custos e financiamento, incluindo quem deve financiar o quê – e como. Os princípios da equidade defendem vastas transferências de recursos para os países pobres, tanto para conseguir um acesso mais equitativo à água e energia como para pagar pela adaptação às alterações climáticas e mitigação dos seus efeitos.

Quatro mensagens importantes emergem da nossa análise ao financiamento:

- As necessidades de financiamento são avultadas, mas não excedem a despesa actual noutros sectores, como o militar. O investimento anual previsto para alcançar o acesso universal a fontes modernas de energia é inferior a um oitavo dos subsídios anuais aos combustíveis fósseis.
- Os compromissos do sector público são importantes (é de destacar a generosidade de alguns

doadores) e o sector privado constitui uma fonte importante – e vital – de financiamento. Os esforços públicos podem catalisar o investimento privado, enfatizando a importância de aumentar os fundos públicos e de promover um clima de investimento positivo e a capacidade local.

- As limitações de dados dificultam a monitorização da despesa privada e do sector público interno na sustentabilidade ambiental. As informações disponíveis permitem apenas a análise dos fluxos de ajuda pública ao desenvolvimento.
- A arquitectura do financiamento é complexa e fragmentada, reduzindo a sua eficácia e dificultando a monitorização da despesa. Há muitas lições a retirar de compromissos anteriores relativos à eficácia da ajuda efectuada em Paris e Acra.

Embora os dados sobre as necessidades, os compromissos e os desembolsos sejam fragmentados e as magnitudes incertas, a imagem é clara. As disparidades entre a despesa da ajuda pública ao desenvolvimento e os investimentos necessários para dar resposta às alterações climáticas, à energia com baixo teor de carbono e à água e saneamento são enormes – ainda mais acentuadas do que a disparidade entre os compromissos e as necessidades de investimento. A despesa em fontes de energia com baixo teor de carbono representa apenas 1,6% do limite inferior da previsão das necessidades, ao passo que a despesa na adaptação às alterações climáticas e sua mitigação é de cerca de 11% das necessidades previstas do limite inferior. No que se refere à água e saneamento, os volumes são muito menores e os compromissos da ajuda pública ao desenvolvimento estão mais próximos dos custos previstos.

Colmatar as lacunas de financiamento: imposto sobre as transacções monetárias – de óptima ideia à política prática

As lacunas de financiamento nos recursos disponíveis para dar resposta às privações e desafios documentados neste Relatório poderiam ser substancialmente reduzidas através do aproveitamento de novas oportunidades. O principal candidato é um imposto sobre as transacções monetárias. Defendida no *RDH* de 1994, a ideia é crescentemente aceite como uma opção política prática. A recente crise financeira reavivou o interesse pela proposta, sublinhando a sua pertinência e sentido de oportunidade.

A actual infra-estrutura de liquidação cambial é mais organizada, centralizada e uniformizada, pelo

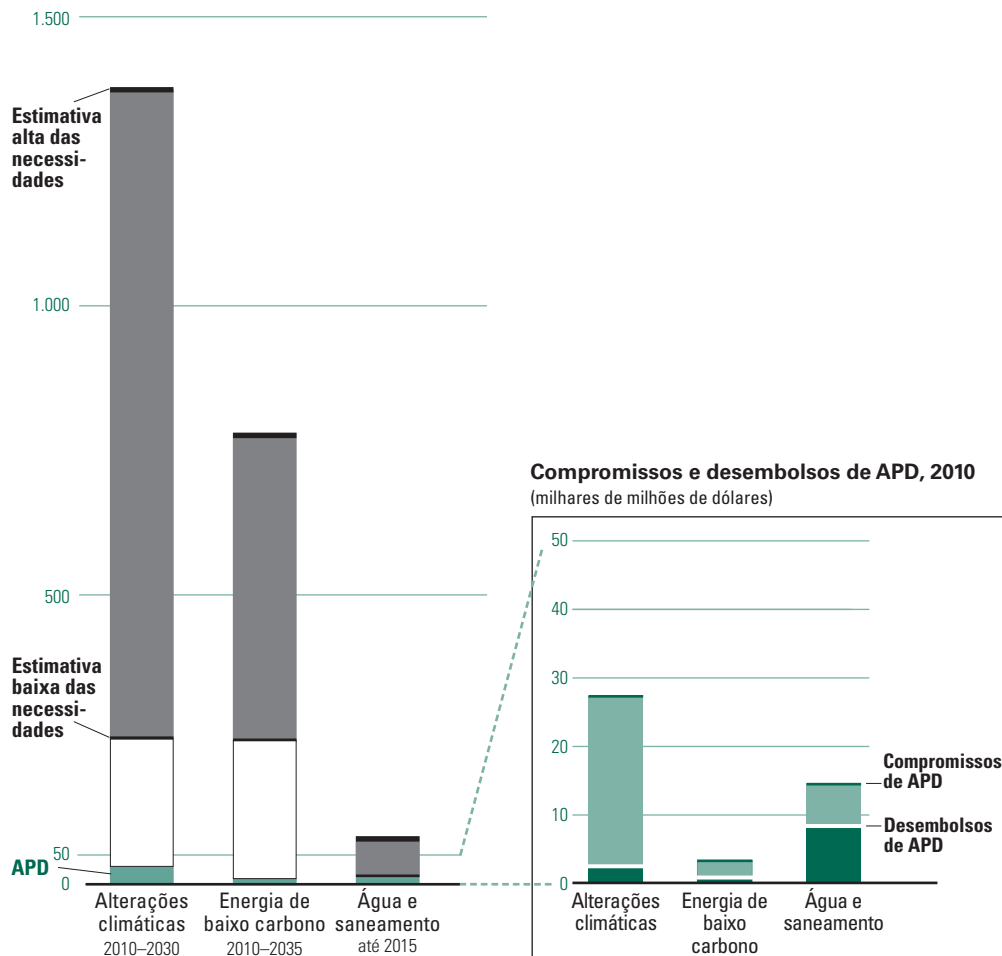
O investimento anual previsto para alcançar o acesso universal a fontes modernas de energia é inferior a um oitavo dos subsídios anuais aos combustíveis fósseis

FIGURA 8

Ajuda pública ao desenvolvimento é muito inferior às necessidades

Necessidades futuras estimadas e ajuda pública ao desenvolvimento (APD) existente

Gastos anuais (milhares de milhões de dólares)



Fonte: Agência Internacional de Energia, 2010, *World Energy Outlook*, Paris; Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económicos; UN Water, 2010, *Global Annual Assessment of Sanitation and Drinking-Water: Targeting Resources for Better Results*, Genebra; Organização Mundial da Saúde; Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas, 2010, *Promoting Development, Saving the Planet*, Nova Iorque; Organização das Nações Unidas; e Base de Dados de Desenvolvimento da OCDE sobre Actividades de Ajuda: CRS online.

que a viabilidade de implementação do imposto é algo de novo a destacar. Conta com um apoio de alto nível, incluindo o Grupo Piloto sobre os Financiamentos Inovadores, que engloba cerca de 63 países, entre os quais a Alemanha, a China, a França, o Japão e o Reino Unido. E o Grupo Consultivo de Alto Nível para o Financiamento das Alterações Climáticas das Nações Unidas propôs recentemente que 25% a 50% das receitas desse imposto fossem canalizados para a adaptação às alterações climáticas e sua mitigação nos países em desenvolvimento.

A nossa análise actualizada demonstra que, por uma taxa muito pouco significativa (0,005%) e sem quaisquer custos administrativos suplementares, o imposto sobre as transacções monetárias poderia

gerar receitas anuais suplementares de cerca de 40 mil milhões de dólares. Não há muito mais opções à escala necessária que possam satisfazer as necessidades de financiamento novas e suplementares que têm sido destacadas nos debates internacionais.

Um imposto sobre as transacções financeiras mais genérico também promete um enorme potencial em termos de receitas. A maioria dos países do G20 já implementou um imposto sobre as transacções financeiras e o Fundo Monetário Internacional (FMI) confirmou a viabilidade administrativa de um imposto mais genérico. Uma versão do imposto, uma taxa de 0,05% sobre as transacções financeiras nacionais e internacionais, poderia gerar um montante calculado em 600 a 700 mil milhões de dólares.

A monetização de parte do excedente dos Direitos de Saque Especiais (DSE) do FMI também foi alvo de interesse. Esta operação poderia angariar até 75 mil milhões de dólares com custos orçamentais reduzidos ou nulos para os governos contribuintes. Os DSE têm o atractivo suplementar de agir como instrumento de reequilíbrio monetário; prevê-se que a procura prove-nha de economias de mercado emergentes em busca de diversificação das suas reservas.

Reformas que visam uma maior equidade e capacidade de expressão

Diminuir o fosso que separa responsáveis políticos, negociadores e decisores dos cidadãos mais vulneráveis à degradação ambiental exige superar o fosso da responsabilização na governação ambiental global. A responsabilização em isolado não pode dar resposta ao desafio, mas é fundamental para a construção de um sistema de governação global eficaz em termos sociais e ambientais que favoreça as pessoas.

Apelamos a medidas que melhorem a equidade e o poder de expressão no acesso ao financiamento, com vista a apoiar os esforços de combate à degradação ambiental.

Os recursos privados são vitais, mas, devido ao facto de a maioria dos fluxos financeiros canalizados para o sector da energia, por exemplo, provirem de entidades privadas, os maiores riscos e receitas mais baixas de algumas regiões aos olhos dos investidores privados afectam os padrões dos fluxos. Sem reformas, o acesso ao financiamento permanecerá distribuído de forma desigual entre os vários países e exacerbará efectivamente as desigualdades existentes. Este factor sublinha a importância de garantir que os fluxos dos investimentos públicos são equitativos e que ajudam a criar condições para atrair fluxos privados futuros.

As implicações são claras: os princípios da equidade são necessários para orientar e encorajar os fluxos financeiros internacionais. O apoio à criação de instituições é necessário para que os países em desenvolvimento possam estabelecer políticas e incentivos apropriados. Os mecanismos de governação associados para o financiamento público internacional devem permitir a capacidade de expressão e a responsabilização social.

Qualquer iniciativa genuinamente transformativa para ampliar os esforços para abrandar ou deter as alterações climáticas exigirá aliar recursos nacionais e internacionais, privados e públicos, bem como subvenções e empréstimos. Para facilitar tanto o

acesso equitativo como a utilização eficiente dos fluxos financeiros internacionais, este Relatório defende a capacitação das partes interessadas nacionais como forma de congregar o financiamento da luta contra as alterações climáticas ao nível nacional. Os fundos nacionais para as alterações climáticas podem facilitar a congregação e monitorização operacional de recursos nacionais e internacionais, privados e públicos, bem como de subvenções e empréstimos. Isto é essencial para garantir a responsabilização nacional e efeitos distributivos positivos.

O Relatório propõe uma ênfase em quatro conjuntos de ferramentas a nível do país para fazer avançar esta agenda:

- *Estratégias de baixas emissões e resistentes às alterações climáticas* – para alinhar os objectivos do desenvolvimento humano, da equidade e das alterações climáticas.
- *Parcerias público-privadas* – para catalisar o capital das empresas e das famílias.
- *Mecanismos de fluxos de transacções destinados às alterações climáticas* – para gerar um acesso equitativo ao financiamento público internacional.
- *Implementação coordenada e sistemas de monitorização, comunicação e verificação* – para gerar resultados eficientes e de longo prazo e a responsabilização perante as populações locais, bem como os parceiros.

Por fim, apelamos a uma Iniciativa de Acesso Universal à Energia global através da defesa e sensibilização globais e do apoio dedicado ao desenvolvimento de energia limpa a nível do país. Uma iniciativa deste tipo poderia impulsionar esforços de desvio de mudanças progressivas para transformativas.

* * *

Este Relatório expõe as ligações entre sustentabilidade e equidade e demonstra de que forma o desenvolvimento humano se pode tornar mais sustentável e mais equitativo. Revela de que forma a degradação ambiental prejudica mais os grupos pobres e vulneráveis em relação aos outros. Propomos uma agenda política que corrija estes desequilíbrios, concebendo uma estratégia de combate aos problemas ambientais correntes de uma forma que promova a equidade e o desenvolvimento humano. E demonstramos formas práticas de promover em conjunto estes objectivos complementares, alargando as escolhas das pessoas sem deixar de proteger o nosso ambiente.

Qualquer iniciativa genuinamente transformativa para ampliar os esforços para abrandar ou deter as alterações climáticas exigirá aliar recursos nacionais e internacionais, privados e públicos, bem como subvenções e empréstimos

Classificação do IDH de 2011 e variação na classificação entre 2010 e 2011

Afganistão	172			Etiópia	174			Níger	186		
África do Sul	123	↑	1	Federação Russa	66			Nigéria	156	↑	1
Albânia	70	↑	1	Fiji	100	↓	-3	Noruega	1		
Alemanha	9			Filipinas	112	↑	1	Nova Zelândia	5		
Andorra	32			Finlândia	22			Omã	89		
Angola	148			França	20	↑		Países Baixos	3		
Antiga República Jugoslava da Macedónia	78	↓	-2	Gabão	106			Palau	49		
Antígua e Barbuda	60	↑	1	Gâmbia	168			Panamá	58	↑	1
Arábia Saudita	56	↑	2	Gana	135	↑	1	Papuásia-Nova Guiné	153	↓	-1
Argélia	96			Geórgia	75			Paquistão	145		
Argentina	45	↑	1	Granada	67			Paraguai	107		
Arménia	86			Grécia	29			Peru	80	↑	1
Austrália	2			Guatemala	131			Polónia	39		
Áustria	19			Guiana	117	↑	2	Portugal	41	↓	-1
Azerbaijão	91			Guiné	178			Qatar	37		
Bahamas	53			Guiné Equatorial	136	↓	-1	Quênia	143	↑	1
Bangladesh	146			Guiné-Bissau	176			Quirguízia	126		
Barain	42			Haiti	158	↑	1	Reino Unido	28		
Barbados	47			Honduras	121	↓	-1	República Centro-Africana	179		
Bélgica	18			Hong Kong, China (RAE)	13	↑	1	República Checa	27		
Belize	93	↓	-1	Hungria	38			República Dominicana	98	↑	2
Benim	167			Íemen	154			Roménia	50		
Bielorrússia	65			Índia	134			Ruanda	166		
Bolívia, Estado Plurinacional da	108			Indonésia	124	↑	1	Salomão, Ilhas	142		
Bósnia-Herzegovina	74			Irão, República Islâmica do	88	↓	-1	Samoa	99		
Botswana	118	↓	-1	Iraque	132			Santa Lúcia	82		
Brasil	84	↑	1	Irlanda	7			São Cristóvão e Névis	72		
Brunei Darussalam	33			Islândia	14	↓	-1	São Tomé e Príncipe	144	↓	-1
Bulgária	55	↑	1	Israel	17			São Vicente e Granadinas	85	↓	-1
Burkina Faso	181			Itália	24			Senegal	155		
Burundi	185			Jamaica	79	↓	-1	Serra Leoa	180		
Butão	141	↓	-1	Japão	12			Sérvia	59	↑	1
Cabo Verde	133			Jordânia	95	↓	-1	Seychelles	52		
Camarões	150	↑	1	Kiribati	122			Singapura	26		
Camboja	139	↑	2	Kuwait	63	↓	-1	Síria, República Árabe	119	↓	-1
Canadá	6			Laos, República Popular Democrática do	138	↑	1	Sri Lanka	97	↑	1
Cazaquistão	68	↑	1	Lesoto	160			Suazilândia	140	↓	-2
Chade	183	↓	-1	Letónia	43			Sudão	169		
Chile	44			Libano	71	↓	-1	Suécia	10		
China	101			Libéria	182	↑	1	Suíça	11		
Chipre	31			Líbia	64	↓	-10	Suriname	104		
Colômbia	87	↑	1	Liechtenstein	8			Tailândia	103		
Comores	163			Lituânia	40	↑	1	Tajiquistão	127		
Congo	137			Luxemburgo	25			Tanzânia, República Unida da	152	↑	1
Congo, República Democrática do	187			Madagáscar	151	↓	-2	Territórios Palestinos Ocupados	114		
Coreia, República da	15			Malásia	61	↑	3	Timor-Leste	147		
Costa do Marfim	170			Malawi	171			Togo	162		
Costa Rica	69	↓	-1	Maldívas	109			Tonga	90		
Croácia	46	↓	-1	Mali	175			Trindade e Tobago	62	↑	1
Cuba	51			Malta	36			Tunísia	94	↓	-1
Dinamarca	16			Marrocos	130			Turquemenistão	102		
Djibuti	165	↓	-1	Maurícia	77			Turquia	92	↑	3
Dominica	81	↓	-1	Mauritânia	159	↓	-1	Ucrânia	76	↑	3
Egipto	113	↓	-1	México	57			Uganda	161		
El Salvador	105			Mianmar	149	↑	1	Uruguai	48		
Emirados Árabes Unidos	30			Micronésia, Estados Federados da	116			Uzbequistão	115		
Equador	83			Moçambique	184			Vanuatu	125	↓	-2
Eritreia	177			Moldávia, República da	111			Venezuela, República Bolivariana da	73		
Eslováquia	35			Mongólia	110			Vietname	128		
Eslovénia	21			Montenegro	54	↑	1	Zâmbia	164	↑	1
Espanha	23			Namíbia	120	↑	1	Zimbabué	173		
Estados Unidos da América	4			Nepal	157	↓	-1				
Estónia	34			Nicarágua	129						

NOTA:

As setas indicam o movimento ascendente ou descendente na classificação do país ao longo do período 2010–2011 usando dados e metodologia consistentes, ao passo que um espaço em branco indica que não houve alteração.

Índices de Desenvolvimento Humano

Classificação do IDH	IDH Valor	IDH Ajustado à Desigualdade		Índice de Desigualdade de Género		Índice de Pobreza Multidimensional	
		Valor	Classificação	Valor	Classificação		
DESENVOLVIMENTO HUMANO MUITO ELEVADO							
1	Noruega	0,943	0,890	1	0,075	6	..
2	Austrália	0,929	0,856	2	0,136	18	..
3	Países Baixos	0,910	0,846	4	0,052	2	..
4	Estados Unidos da América	0,910	0,771	23	0,299	47	..
5	Nova Zelândia	0,908	0,195	32	..
6	Canadá	0,908	0,829	12	0,140	20	..
7	Irlanda	0,908	0,843	6	0,203	33	..
8	Liechtenstein	0,905
9	Alemanha	0,905	0,842	7	0,085	7	..
10	Suécia	0,904	0,851	3	0,049	1	..
11	Suíça	0,903	0,840	9	0,067	4	..
12	Japão	0,901	0,123	14	..
13	Hong Kong, China (RAE)	0,898
14	Islândia	0,898	0,845	5	0,099	9	..
15	Coreia (República da)	0,897	0,749	28	0,111	11	..
16	Dinamarca	0,895	0,842	8	0,060	3	..
17	Israel	0,888	0,779	21	0,145	22	..
18	Bélgica	0,886	0,819	15	0,114	12	..
19	Áustria	0,885	0,820	14	0,131	16	..
20	França	0,884	0,804	16	0,106	10	..
21	Eslóvenia	0,884	0,837	10	0,175	28	0,000
22	Finlândia	0,882	0,833	11	0,075	5	..
23	Espanha	0,878	0,799	17	0,117	13	..
24	Itália	0,874	0,779	22	0,124	15	..
25	Luxemburgo	0,867	0,799	18	0,169	26	..
26	Singapura	0,866	0,086	8	..
27	República Checa	0,865	0,821	13	0,136	17	0,010
28	Reino Unido	0,863	0,791	19	0,209	34	..
29	Grécia	0,861	0,756	26	0,162	24	..
30	Emirados Árabes Unidos	0,846	0,234	38	0,002
31	Chipre	0,840	0,755	27	0,141	21	..
32	Andorra	0,838
33	Brunei Darussalam	0,838
34	Estónia	0,835	0,769	24	0,194	30	0,026
35	Eslováquia	0,834	0,787	20	0,194	31	0,000
36	Malta	0,832	0,272	42	..
37	Qatar	0,831	0,549	111	..
38	Hungria	0,816	0,759	25	0,237	39	0,016
39	Polónia	0,813	0,734	29	0,164	25	..
40	Lituânia	0,810	0,730	30	0,192	29	..
41	Portugal	0,809	0,726	31	0,140	19	..
42	Barain	0,806	0,288	44	..
43	Letónia	0,805	0,717	33	0,216	36	0,006
44	Chile	0,805	0,652	44	0,374	68	..
45	Argentina	0,797	0,641	47	0,372	67	0,011
46	Croácia	0,796	0,675	38	0,170	27	0,016
47	Barbados	0,793	0,364	65	..
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO							
48	Uruguai	0,783	0,654	43	0,352	62	0,006
49	Palau	0,782
50	Roménia	0,781	0,683	36	0,333	55	..
51	Cuba	0,776	0,337	58	..
52	Seychelles	0,773
53	Bahamas	0,771	0,658	41	0,332	54	..
54	Montenegro	0,771	0,718	32	0,006
55	Bulgária	0,771	0,683	37	0,245	40	..
56	Arábia Saudita	0,770	0,646	135	..
57	México	0,770	0,589	56	0,448	79	0,015
58	Panamá	0,768	0,579	57	0,492	95	..

Classificação do IDH	IDH Valor	IDH Ajustado à Desigualdade		Índice de Desigualdade de Gênero		Índice de Pobreza Multidimensional
		Valor	Classificação	Valor	Classificação	
59 Sérvia	0,766	0,694	34	0,003
60 Antígua e Barbuda	0,764
61 Malásia	0,761	0,286	43	..
62 Trindade e Tobago	0,760	0,644	46	0,331	53	0,020
63 Kuwait	0,760	0,229	37	..
64 Líbia	0,760	0,314	51	..
65 Bielorrússia	0,756	0,693	35	0,000
66 Federação Russa	0,755	0,670	39	0,338	59	0,005
67 Granada	0,748
68 Cazaquistão	0,745	0,656	42	0,334	56	0,002
69 Costa Rica	0,744	0,591	55	0,361	64	..
70 Albânia	0,739	0,637	49	0,271	41	0,005
71 Líbano	0,739	0,570	59	0,440	76	..
72 São Cristóvão e Névis	0,735
73 Venezuela (República Bolivariana da)	0,735	0,540	67	0,447	78	..
74 Bósnia-Herzegovina	0,733	0,649	45	0,003
75 Geórgia	0,733	0,630	51	0,418	73	0,003
76 Ucrânia	0,729	0,662	40	0,335	57	0,008
77 Maurícia	0,728	0,631	50	0,353	63	..
78 Antiga Rep. Jugoslava da Macedónia	0,728	0,609	54	0,151	23	0,008
79 Jamaica	0,727	0,610	53	0,450	81	..
80 Peru	0,725	0,557	63	0,415	72	0,086
81 Dominica	0,724
82 Santa Lúcia	0,723
83 Equador	0,720	0,535	69	0,469	85	0,009
84 Brasil	0,718	0,519	73	0,449	80	0,011
85 São Vicente e Granadinas	0,717
86 Arménia	0,716	0,639	48	0,343	60	0,004
87 Colômbia	0,710	0,479	86	0,482	91	0,022
88 Irão (República Islâmica do)	0,707	0,485	92	..
89 Omã	0,705	0,309	49	..
90 Tonga	0,704
91 Azerbaijão	0,700	0,620	52	0,314	50	0,021
92 Turquia	0,699	0,542	66	0,443	77	0,028
93 Belize	0,699	0,493	97	0,024
94 Tunísia	0,698	0,523	72	0,293	45	0,010
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO						
95 Jordânia	0,698	0,565	61	0,456	83	0,008
96 Argélia	0,698	0,412	71	..
97 Sri Lanka	0,691	0,579	58	0,419	74	0,021
98 República Dominicana	0,689	0,510	77	0,480	90	0,018
99 Samoa	0,688
100 Fiji	0,688
101 China	0,687	0,534	70	0,209	35	0,056
102 Turquemenistão	0,686
103 Tailândia	0,682	0,537	68	0,382	69	0,006
104 Suriname	0,680	0,518	74	0,039
105 El Salvador	0,674	0,495	83	0,487	93	..
106 Gabão	0,674	0,543	65	0,509	103	0,161
107 Paraguai	0,665	0,505	78	0,476	87	0,064
108 Bolívia (Estado Plurinacional da)	0,663	0,437	87	0,476	88	0,089
109 Maldivas	0,661	0,495	82	0,320	52	0,018
110 Mongólia	0,653	0,563	62	0,410	70	0,065
111 Moldávia (República da)	0,649	0,569	60	0,298	46	0,007
112 Filipinas	0,644	0,516	75	0,427	75	0,064
113 Egípto	0,644	0,489	85	0,024
114 Territórios Palestínianos Ocupados	0,641	0,005
115 Uzbequistão	0,641	0,544	64	0,008
116 Micronésia (Estados Federados da)	0,636	0,390	94
117 Guiana	0,633	0,492	84	0,511	106	0,053
118 Botsvana	0,633	0,507	102	..
119 Síria, República Árabe	0,632	0,503	80	0,474	86	0,021
120 Namíbia	0,625	0,353	99	0,466	84	0,187

Classificação do IDH	IDH Valor	IDH Ajustado à Desigualdade		Índice de Desigualdade de Género		Índice de Pobreza Multidimensional
		Valor	Classificação	Valor	Classificação	
121 Honduras	0,625	0,427	89	0,511	105	0,159
122 Kiribati	0,624
123 África do Sul	0,619	0,490	94	0,0057
124 Indonésia	0,617	0,504	79	0,505	100	0,095
125 Vanuatu	0,617	0,129
126 Quirguízia	0,615	0,526	71	0,370	66	0,019
127 Tajiquistão	0,607	0,500	81	0,347	61	0,068
128 Vietname	0,593	0,510	76	0,305	48	0,084
129 Nicarágua	0,589	0,427	88	0,506	101	0,128
130 Marrocos	0,582	0,409	90	0,510	104	0,048
131 Guatemala	0,574	0,393	92	0,542	109	0,127
132 Iraque	0,573	0,579	117	0,059
133 Cabo Verde	0,568
134 Índia	0,547	0,392	93	0,617	129	0,283
135 Gana	0,541	0,367	96	0,598	122	0,144
136 Guiné Equatorial	0,537
137 Congo	0,533	0,367	97	0,628	132	0,208
138 Laos (Rep. Popular Democrática do)	0,524	0,405	91	0,513	107	0,267
139 Camboja	0,523	0,380	95	0,500	99	0,251
140 Suazilândia	0,522	0,338	103	0,546	110	0,184
141 Butão	0,522	0,495	98	0,119
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO						
142 Salomão (Ilhas)	0,510
143 Quênia	0,509	0,338	102	0,627	130	0,229
144 São Tomé e Príncipe	0,509	0,348	100	0,154
145 Paquistão	0,504	0,346	101	0,573	115	0,264
146 Bangladesh	0,500	0,363	98	0,550	112	0,292
147 Timor-Leste	0,495	0,332	105	0,360
148 Angola	0,486	0,452
149 Mianmar	0,483	0,492	96	0,154
150 Camarões	0,482	0,321	107	0,639	134	0,287
151 Madagáscar	0,480	0,332	104	0,357
152 Tanzânia (República Unida da)	0,466	0,332	106	0,590	119	0,367
153 Papuásia-Nova Guiné	0,466	0,674	140	..
154 Iémen	0,462	0,312	108	0,769	146	0,283
155 Senegal	0,459	0,304	109	0,566	114	0,384
156 Nigéria	0,459	0,278	116	0,310
157 Nepal	0,458	0,301	111	0,558	113	0,350
158 Haiti	0,454	0,271	121	0,599	123	0,299
159 Mauritânia	0,453	0,298	112	0,605	126	0,352
160 Lesoto	0,450	0,288	115	0,532	108	0,156
161 Uganda	0,446	0,296	113	0,577	116	0,367
162 Togo	0,435	0,289	114	0,602	124	0,284
163 Comores	0,433	0,408
164 Zâmbia	0,430	0,303	110	0,627	131	0,328
165 Djibuti	0,430	0,275	118	0,139
166 Ruanda	0,429	0,276	117	0,453	82	0,426
167 Benim	0,427	0,274	119	0,634	133	0,412
168 Gâmbia	0,420	0,610	127	0,324
169 Sudão	0,408	0,611	128	..
170 Costa do Marfim	0,400	0,246	124	0,655	136	0,353
171 Malawi	0,400	0,272	120	0,594	120	0,381
172 Afeganistão	0,398	0,707	141	..
173 Zimbabué	0,376	0,268	122	0,583	118	0,180
174 Etiópia	0,363	0,247	123	0,562
175 Mali	0,359	0,712	143	0,558
176 Guiné-Bissau	0,353	0,207	129
177 Eritreia	0,349
178 Guiné	0,344	0,211	128	0,506
179 República Centro-Africana	0,343	0,204	130	0,669	138	0,512
180 Serra Leoa	0,336	0,196	131	0,662	137	0,439
181 Burkina Faso	0,331	0,215	126	0,596	121	0,536
182 Libéria	0,329	0,213	127	0,671	139	0,485

Classificação do IDH	IDH Valor	IDH Ajustado à Desigualdade		Índice de Desigualdade de Género		Índice de Pobreza Multidimensional
		Valor	Classificação	Valor	Classificação	
183 Chade	0,328	0,196	132	0,735	145	0,344
184 Moçambique	0,322	0,229	125	0,602	125	0,512
185 Burundi	0,316	0,478	89	0,530
186 Níger	0,295	0,195	133	0,724	144	0,642
187 Congo (República Democrática do)	0,286	0,172	134	0,710	142	0,393
OUTROS PAÍSES OU TERRITÓRIOS						
Coreia (Rep. Popular Democrática da)
Marshall (Ilhas)
Mónaco
Nauru
São Marino
Somália	0,514
Tuvalu
Grupos de IDH						
Desenvolvimento humano muito elevado	0,889	0,787	—	0,224	—	—
Desenvolvimento humano elevado	0,741	0,590	—	0,409	—	—
Desenvolvimento humano médio	0,630	0,480	—	0,475	—	—
Desenvolvimento humano baixo	0,456	0,304	—	0,606	—	—
Regiões						
Estados Árabes	0,641	0,472	—	0,563	—	—
Ásia Oriental e Pacífico	0,671	0,528	—	..	—	—
Europa e Ásia Central	0,751	0,655	—	0,311	—	—
América Latina e Caraíbas	0,731	0,540	—	0,445	—	—
Ásia do Sul	0,548	0,393	—	0,601	—	—
África Subariana	0,463	0,303	—	0,610	—	—
Países menos desenvolvidos	0,439	0,296	—	0,594	—	—
Pequenos Estados Insulares em Vias de Desenvolvimento	0,640	0,458	—	..	—	—
Mundo	0,682	0,525	—	0,492	—	—

NOTA

Para notas completas e fontes dos dados desta tabela, consulte o anexo de Estatística do Relatório completo. As classificações dos países são baseadas nos quartis do IDH. Um país está no grupo muito elevado se o seu IDH estiver no quartil superior, no grupo elevado se o seu IDH estiver nos percentis

51–75, no grupo médio se o seu IDH estiver nos percentis 26–50 e no grupo baixo se o seu IDH estiver no quartil inferior. Os Relatórios anteriores usavam limiares absolutos e não relativos.